

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL**

LUANA FERNANDES PEREIRA

Violência gera violência?

As concepções de violência dos alunos da Escola de Serviço Social da
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro
2019

LUANA FERNANDES PEREIRA

Violência gera violência?

As concepções de violência dos alunos da Escola de Serviço Social da
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Trabalho de conclusão de curso
apresentado na Escola de Serviço Social
da Universidade Federal do Estado do Rio
de Janeiro, como pré-requisito para a
obtenção do grau de Bacharel em Serviço
Social.

Orientação: Prof^a. Dr^a Lobelia da Silva
Faceira.

Rio de Janeiro
2019

LUANA FERNANDES PEREIRA

Violência gera violência?

As concepções de violência dos alunos da Escola de Serviço Social da
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Trabalho de conclusão de curso
apresentado na Escola de Serviço Social
da Universidade Federal do Estado do Rio
de Janeiro, como pré-requisito para a
obtenção do grau de Bacharel em Serviço
Social.

Orientação: Prof^a. Dr^a Lobelia da Silva
Faceira.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de 2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Lobelia da Silva Faceira (orientadora)
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof^a. Dr^a. Vanessa Bezerra de Souza
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Assistente Social Fabiana da Gloria Pinheiro Nogueira Ferreira
Instituto Nacional do Câncer José Alencar Gomes da Silva

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos que sofrem com a violência no modo de produção capitalista, em especial a violência estrutural. A vocês que motivaram a entender de fato os mecanismos do Estado para legitimara essa violência no nosso cotidiano.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Jorilda e Luis por todo colo e carinho e por sempre acreditarem no meu potencial, em momentos em que eu não consegui acreditar. Ao meu irmão, Breno por ser esse ser maravilhoso, e por sempre está do meu lado nos momentos difíceis. A vocês por serem meu contato direto com Deus.

As amigas e amigos feitos de memórias, carinho e muito amor. Em especial, meus amigos quase irmãos que a Unirio me deu Marco Antonio e Isadora por sempre me fazer enxergar o lado bom da vida na universidade.

A minha orientadora, Lobelia Faceira, por ser o que há pessoa mais organizada na minha caminhada acadêmica. Agradeço por ser amiga, parceira e incrível profissional, que ao compartilhar sua aula e sua vida, obrigada por continuar por me orientar e colocar nos trilhos.

A minha supervisora de campo, Fabiana da Gloria, por ser uma profissional que inspira. Diante das diversas frentes de trabalho que você compõe, obrigada por dividir comigo as ideias que lhe inspiram. Ao pessoal da DISAT, que me inspiração a ser a melhor possível todos os dias.

Aos professores da ESS-UNIRIO por compartilharem conhecimento. Em especial, Vanessa Bezerra, por ensinarem com sorrisos, lutas e muitas histórias, reafirmando que o afeto é revolucionário

As amigas e amigos que a universidade me proporcionou por serem presentes que a Unirio me deu e florescerem esperança.

Aos técnicos administrativos da Escola de Serviço Social, em especial Diego e Álvaro, obrigada por tanta disponibilidade, apoio, conversa e declarações em cima da hora.

Ao projeto de extensão "*Luz, Câmera, Ação: A presença das relações de gênero e do racismo no cinema*". Agradeço a toda equipe presente nesses quatro anos em que passei pelo projeto, aos que continuam e aos que se foram esse trabalho foi construído por nossas mãos.

A vocês que foram a minha fonte de inspiração, esse trabalho é fruto de nossas reflexões, o meu muito obrigada.

*Minha cara autoridade, já não sei o que fazer
Com tanta violência eu sinto medo de viver
Pois moro na favela e sou muito desrespeitado
A tristeza e a alegria aqui caminham lado a lado
Eu faço uma oração para uma santa protetora
Mas sou interrompido a tiros de metralhadora
Enquanto os ricos moram numa casa grande e bela
O pobre é humilhado, esculachado na favela
Já não aguento mais essa onda de violência
Só peço autoridade um pouco mais de competência.*

Rap da Felicidade

Resumo

O presente trabalho tem o objetivo de problematizar a relação da visibilização e banalização da violência estrutural na sociedade. A violência estrutural se introduz e se intensifica no modo de produção capitalista afim de manter a legitimidade da sociedade burguesa. A partir do referencial teórico gramsciano a respeito da categoria Estado, a monografia tem a proposta de analisar historicamente o papel do Estado e a sua função caracterizada pela contradição capital e trabalho. Neste contexto, o objetivo da monografia é analisar as percepções e concepções sobre a categoria “violência” entre alunos do curso de Serviço Social e sua interface com as disciplinas oferecidas pelo curso de graduação da Unirio. A pesquisa possui os objetivos específicos de estudar o conceito de violência estrutural no âmbito da sociedade urbana capitalista; verificar se os alunos de Serviço Social da UNIRIO percebem a existência da violência estrutural no cenário contemporâneo. Identificar os diversos conceitos de violência evidenciados pelos alunos de Serviço Social da UNIRIO. Verificar se há uma transversalidade das questões de classistas, patriarcas e racistas no que tangem a questão da violência. O trabalho é de natureza qualitativa, tendo como público alvo da pesquisa os alunos de serviço social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Na perspectiva de garantir a viabilidade da pesquisa, foi realizada uma amostragem dos alunos de Serviço Social que se matricularam e cursaram a matéria de “Violência e Sociedade” e aqueles que não cursaram a referida disciplina. A técnica de construção dos dados foi a entrevista semiestruturada e os dados foram analisados com base na análise de conteúdo.

Palavras chave: Violência estrutural; Estado.

Resume

The present work has the objective of problematizing the relation of visibilization and banalization of structural violence in society. Structural violence is introduced and intensified in the capitalist mode of production in order to maintain the legitimacy of bourgeois society. From the Gramscian theoretical reference regarding the State category, the monograph has the proposal of analyzing historically the role of the State and its function characterized by the contradiction capital and work. In this context, the objective of the monograph is to analyze the perceptions and conceptions about the category "violence" among students of the Social Work course and its interface with the disciplines offered by Unirio's undergraduate course. The research has the specific objectives of studying the concept of structural violence within the urban capitalist society; to verify if the UNIRIO Social Service students perceive the existence of structural violence in the contemporary scenario. Identify the different concepts of violence evidenced by the students of UNIRIO Social Service. To verify if there is a transversality of the questions of classists, patriachs and racists in what touches the question of violence. The work is qualitative in nature, with the students of social service of the Federal University of the State of Rio de Janeiro as the target audience for the research. With a view to guaranteeing the feasibility of the research, a sample of the Social Work students were enrolled and enrolled in the subject of "Violence and Society" and those who did not attend said discipline. The technique of data construction was the semi-structured interview and the data were analyzed based on content analysis.

Keywords: Structural violence; State.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. A concepção de Violência e suas definições.....	17
3. Violência, Estado e suas concepções.....	31
3.1 Teoria Clássica do Estado	32
3.2 A Doutrina Liberal e o Estado	36
3.3 Concepção Marxista do Estado (Marx, Engels, Lênin e Gramsci).....	41
3.4 Gramsci: Estado e Revolução Passiva	46
4. Violência e Serviço Social: Análise dos dados.....	50
4.1 Análise dos dados: Gráfico 1 – O que é violência?.....	50
4.2 Análise dos dados: Gráfico 2 - Quais tipos de violência você conhece?.....	55
4.3 Análise dos dados: Gráfico 3 - Você sabe o que é violência estrutural?.....	57
4.4 Análise dos dados: Gráfico 4 - Você identifica alguma transversalidade das questões de gênero, raça/etnia e/ou classe na questão da violência?.....	60
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	65
REFERÊNCIAS.....	68
Anexo I - Roteiro de Perguntas	70
Anexo II – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	71
Anexo III – Programa da Disciplina Violência e Sociedade.....	73

1. Introdução

Este trabalho tem como finalidade cumprir requisito para conclusão do curso de graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro UNIRIO. O tema deste trabalho são as concepções de violência entre estudantes de graduação em Serviço Social.

O estudo parte da concepção de violência baseada nos referenciais teóricos de Silva (2009), Cavalli (2009) e Ros (2011), que tratam a violência estrutural como um fenômeno real, complexo e com múltiplas facetas, que no marco capitalista, assume formatos específicos na sociedade, os quais possuem sujeitos que frequentemente sofrem intervenções do Estado, por via de políticas públicas, dando um maior enfoque na chamada “violência urbana”.

Para Cavalli (2009), embora esta violência esteja presente na rotina diária da população e torna-se a causa de muitas outras violências, ainda não é muito conhecida e debatida. A violência estrutural perpassa por seus “múltiplos níveis de determinação, quais sejam, macroestruturais, conjunturais, culturais e individuais”. (Peres *apud* Cavalli 2002; pág. 5).

De acordo com Silva (2008), a violência estrutural consiste na exigência de valores, regras e normas, de forma que estas pareçam naturais e essenciais ao desenvolvimento da sociedade capitalista e ao progresso da mesma. Assim, tais “condições” - as normas, regras e valores capitalistas - atendem toda a forma de produção e exploração do capital, para que estas sejam camufladas e não sejam consideradas ações violentas tornando-as invisíveis no cotidiano.

Segundo esses autores, a violência estrutural emerge e se intensifica no modo de produção capitalista e se torna a maior das violências por perpassar e amplificar as demais violências, sem desconsiderar as particularidades históricas e subjetivas de cada indivíduo. A violência estrutural nasce da contradição capital e trabalho, sendo assim produto do modo de produção capitalista e das relações sociais que a reafirmam na produção e reprodução do cotidiano, tornando-se impossível dissociar da estrutura e superestrutura da sociedade capitalista.

A partir das leituras realizadas sobre o tema, bem como da realização da disciplina optativa “violência e sociedade¹” e da experiência pessoal vivenciada em comunidade, onde a violência se apresenta como algo implícito à vida cotidiana das pessoas que moram nessas comunidades, o tema violência emerge no campo de interesse dessa pesquisa.

Compreender a violência, em especial a “violência estrutural”, como ela se torna “invisível” e, ao mesmo tempo “banalizada” foram as questões que passaram a gerar questionamentos e intrigar-me durante a minha formação acadêmica, tais questões me levaram a escolher a disciplina optativa “violência e sociedade”. As questões abordadas na referida disciplina, me impulsionaram a buscar o aprofundamento dessa temática na minha vida acadêmica e culminaram neste trabalho de conclusão de curso.

A questão torna-se relevante sobretudo se levarmos em consideração os altos índices de violência urbana brasileiro, frequente nas cidades e expressas nas suas mais variadas formas tais como, tráfico de drogas, furtos, violência doméstica, violência infantil, maus-tratos aos idosos, genocídio da população negra nas periferias dos grandes centros urbanos, feminicídio entre outras manifestações, tão presentes nos noticiários diários e nas redes sociais.

Compreende-se, que as diversas formas de materialização da violência na sociedade contemporânea não podem ser capturadas de forma isolada. Na perspectiva de compreensão de sua totalidade, exige um recorte histórico para análise da sociedade capitalista contemporânea urbana, um campo por onde a violência se produz e reproduz, e a apreensão das relações que se estabelecem entre as variadas formas de violência, em especial a violência estrutural.

Se passarmos a nos questionar sobre quais as funções da violência na sociedade, podemos identificar a função social de amedrontar os indivíduos, criar uma atmosfera de reprodução da violência e medo social em todas as instâncias, ou seja, cria-se um ciclo de informações trazidas pelos noticiários,

¹ Essa matéria é ofertada como optativa pela escola de Serviço Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro no projeto pedagógico da escola se encontra na vertente profissional de fundamentos da formação sócio histórica da sociedade brasileira. A qual possui como descrição, os fundamentos referentes aos movimentos que constitui a sociedade brasileira, refletindo sobre as particularidades da formação sócio-históricas e suas diversidades regionais e locais. No que tange o componente curricular abordado pela disciplina possui como proposta a abordagens sociológicas sobre a violência; Crime; Violência na sociedade contemporânea; Aspectos gerais sobre a violência no Brasil; Violência urbana; Violência e saúde; Violência Intrafamiliar; Violência e direitos humanos. (Fonte: site da escola de serviço social da Unirio Acessado em 28/06/2019)

tais como “a polícia é violenta”, “a população exige ações violentas da polícia contra quem pratica crimes”. A sensação de que revidar a violência se torna contínua neste contexto é traduzido muitas vezes em uma percepção “olho por olho dente por dente”² onde a força e a violência são os únicos caminhos possíveis de resolução da própria violência, ou seja, há um endurecimento sobre o tema da violência, onde quase tudo é permitido.

São inúmeras as análises do cotidiano formuladas sobre a violência, é necessário compreender que este fenômeno pode se manifestar de diversas maneiras, suas expressões estão divididas desigualmente, de modo a considerar diferentes papéis sociais e possuindo caráter de dominação em suas estruturas. Apesar desta violência estar presente na rotina diária da população urbana e desencadear outros motivos para as violências, ainda pouco é conhecida.

[...] esta forma de violência consiste na imposição de regras, valores e normas, de forma que estas pareçam naturais e necessárias ao desenvolvimento da sociedade capitalista e ao progresso. Esta violência envolve tanto o caráter econômico – da estrutura, quando o ideológico – superestrutura, uma vez que a ação violenta se dá no plano material, mas que se utiliza da ideologia para legitimá-la socialmente e torná-la imperceptível. (SILVA apud Cavalli, 2009, pág. 6)

Nessa perspectiva, a introdução do capitalismo - quando se inicia a contradição capital e trabalho inerente a este modo de produção - também se introduz a violência em sua forma estrutural. Principal eixo desta forma de violência, encontra-se nas relações definidas pela exploração da classe subalterna, e esta é sustentada e legitimada pela ideologia dominante, a partir da criação de instrumentos legais como regras, valores e normas voltados para manutenção da ordem burguesa estabelecida de forma que homens, naturalizam as relações estabelecidas no modo de produção capitalista. Assim, a forma de produção e exploração do capitalismo sustenta e aliena os indivíduos das relações produtivas, desta forma as ações desenvolvidas no meio produtivo, passam a não ser consideradas violentas.

² Passagem bíblica encontra em Levítico 24:20, mas conhecida como a lei de talião e parte do pressuposto rigoroso da reciprocidade entre o crime cometido e da pena aplicada, configurando-se assim em uma retaliação pelo sofrimento causada a outra pessoa.

O diálogo sobre esta questão é de extrema relevância em todos os espaços e níveis de ensino. Nesta pesquisa damos destaque ao meio acadêmico, especialmente de graduação em Serviço Social. A relevância desta pesquisa acadêmica sobre o tema da violência é dar uma pequena contribuição e trazer a luz a importância do debate para os futuros profissionais, que de fato intervirão com as diversas expressões da questão social em especial a violência.

O objetivo deste trabalho é analisar as percepções e concepções sobre a categoria “violência” entre alunos do curso de Serviço Social e sua interface com as disciplinas oferecidas pelo curso de graduação da Unirio. A estrutura curricular do curso da Escola de Serviço Social nesta referida universidade possui apenas uma disciplina que trata diretamente do tema violência, denominada de “violência e sociedade”. Este estudo pretende aproximar o tema de violência a partir da experiência dos alunos que cursaram esta disciplina e daqueles que não tiveram oportunidade de cursá-la.

A disciplina “violência e sociedade” tem a proposta de estudar as diversas expressões da violência, seu processo de naturalização e banalização na sociedade contemporânea. Neste sentido, o trabalho pretende problematizar as concepções de violência no âmbito da formação profissional.

A pesquisa teve como os objetivos específicos estudar o conceito de violência estrutural no âmbito da sociedade urbana capitalista; verificar se os alunos de Serviço Social da UNIRIO percebem a existência da violência estrutural no cenário contemporâneo; identificar os diversos conceitos de violência evidenciados pelos alunos de Serviço Social da UNIRIO; verificar se há uma transversalidade das questões de classe, patriarcal e racista no que tange a questão da violência.

O trabalho é de natureza qualitativa, pois de acordo com Gomes (2001) e Minayo (2001) a mesma se baseia em uma compreensão específica de seu objeto em meio ao “universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes.” (Minayo, 2013) De modo que, a realidade encontrada pela pesquisa não deve ser quantificada; os dados encontrados foram incorporados ao processo de pesquisa, sendo melhor compreendido e

descrito através de uma perspectiva do processo. Neste sentido, a pesquisa pretende problematizar o conhecimento sobre a temática da violência.

O público alvo da pesquisa é constituído pelos 150 (cento e cinquenta) alunos de serviço social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Na perspectiva de garantir a viabilidade da pesquisa, optamos por realizar uma amostragem dos 34 alunos de Serviço Social que se matricularam e cursaram a matéria de “Violência e Sociedade” e dos 116 (cento e dezesseis) que não cursaram a referida disciplina.

Utilizamos a técnica de construção dos dados da entrevista semiestrutura com os alunos que se encontram no quarto, quinto, sexto, oitavo e os alunos desperiodizados referente às turmas de 2014.2. e 2015.1. A amostragem foi elaborada por acessibilidade, ou seja, foram entrevistados os alunos que o pesquisador (eu) já conhecia e tinha cursado. O estudo exploratório do material levantado numa primeira análise apontou que existiam apenas um aluno das turmas 2016.1³ e 2016.2 que de fato havia cursado a matéria. Para garantir a isonomia da pesquisa na coleta dos dados, optamos por selecionar um aluno que cursou a disciplina e outro que não a cursou. Abaixo destacamos um quadro elaborado pela autora do referido trabalho de conclusão de curso, que tem a proposta de dar visibilidade ao quantitativo de alunos, que por turma, realizaram ou não a disciplina de “Violência e Sociedade”.

Quadro de Alunos da Escola Serviço Social.

Período em que entraram (turmas)	Total de alunos	Alunos que cursaram a disciplina “Violência e Sociedade”	Alunos que não cursaram a disciplina “Violência e Sociedade”
2011.2	1	1	0
2012.1	1	0	1
2012.2	1	1	0
2013.1	2	2	0
2013.2	1	1	0
2014.1	5	2	3
2014.2	9	6	3
2015.1	11	7	4
2015.2	7	3	4

³ Ao entrar em contato com aluno dessa turma que havia cursado a disciplina, o mesmo me informou que havia voltado a sua cidade natal, devido a violência do Rio de Janeiro. (desenvolver)

2016.1	8	1	7
2016.2	14	0	14
2017.1	14	5	9
2017.2	14	5	9
2018.1	15	0	15
2018.2	26	0	26
2019.1	21	0	21

A técnica utilizada para a construção dos dados é a entrevista semiestruturada, que segundo os autores Jones e Somekh (2010), que consiste em um programa previamente elaborado; o pesquisador observará os sujeitos sem a interferência de sua sociabilidade primária. Análise dos dados colhidos, ocorre com base em outros dados já recolhidos (dados de entrevista ou questionário). O foco da pesquisa se concentra nas principais falas, tirando a obscuridade e tornando mais rápido o processo.

Os dados foram analisados através da técnica de análise de conteúdo, procurando entender o conteúdo exposto para encontrarmos respostas as perguntas formuladas podendo confirmar ou não as hipóteses do trabalho apresentado, baseado em descobrir o que está por trás dos conteúdos manifestados. A análise possui os seguintes eixos de análise: o conceito de violência no âmbito da sociedade urbana capitalista; a concepção dos alunos de serviço social da UNIRIO acerca da existência da violência estrutural no cenário contemporâneo; os diversos conceitos de violência evidenciados pelos alunos de Serviço Social da UNIRIO.

Neste sentido, a monografia está dividida em quatro capítulos, sendo a presente introdução o capítulo introdutório da monografia. No segundo capítulo buscamos desenvolver uma análise sobre a categoria violência intimamente relacionada como o modo de ser e de agir na sociedade. A partir da discussão apresentada pelos autores Adolfo Vásquez (1977), Nilo Odalia (1986) e Gilberto Velho (1996), buscou-se analisar o contexto sócio histórico da categoria violência e sua utilização como instrumento potencializador de subalternização de classe sobre a outra.

No terceiro capítulo apresentamos uma análise do debate do Estado e as suas mais diferentes correntes de pensamento, com enfoque na teoria materialista histórico dialética, a qual define melhor as configurações do Estado.

A construção do capítulo se deu a partir de quatro momentos. No primeiro apresentou-se a perspectiva do pensamento do direito natural e como deveria se configurar o Estado ao controlar os impulsos da natureza do homem, O segundo buscou expor a perspectiva do pensamento liberal sobre a construção e intervenção do Estado na sociedade e na economia, buscando dialogar com autores como Martin Carnoy (2005), Ricardo Luiz Alves (2005). No terceiro e quarto momento, buscou-se analisar a perspectiva materialista histórica dialético sobre as configurações do Estado ao refletir a contradição de classe em contrada na sociedade no marco de produção capitalista, buscando dialogar como os autores como Martin Carnoy (2005), Vladimir Ilitch Lenin (1917), Kathllen Elane Leal Vasconcelos, Valdilene Pereira Schmaller e Mauaricelia Cordeira Silva (2012).

O quarto e último capítulo deste trabalho, apresenta a análise dos dados empíricos da pesquisa. Buscou-se analisar os dados coletados, através do referencial teórico de Silva (2008), Cavalli (2009), Ros (2011), Moura (1994), Dornelles (2011), Pereira e Santos (2016), lamamoto (2013), Netto (2001) e Guerra (2014).

2. A concepção de Violência e suas definições.

A violência [...] é ela mesma uma potência econômica.

*Karl Marx*⁴

Encontrar uma definição de violência, não é uma tarefa fácil, apesar de existir inúmeros estudiosos e pesquisadores que abordam essa temática. Antes de abordar a definição da violência, temos que apresentá-la ao longo da sua dimensão histórica e humana. Vásquez apresenta o debate da violência ao longo da história, numa perspectiva dialética sobre o desenvolvimento da humanidade até o seu uso direcionado para dominação do homem pelo homem.

A violência sempre esteve presente no desenvolvimento da humanidade, para Vasquez (1977) ela é um atributo humano, em forma de práxis⁵, torna-se um processo da transformação da matéria. Ou seja, através do atributo da violência de modificar a natureza, o homem a transforma. Para o autor, a violência foi necessária para a evolução da humanidade. Ainda segundo o autor, essa transformação somente se torna real se o objeto que a ação está sendo exercida for realmente forçada para que, tal modificação possa ser de fato realizada.

Na medida em que a atividade prática humana se exerce sobre um objeto físico, real, e exige a alteração ou destruição física de sua legalidade ou algumas de suas propriedades, pode-se dizer que a violência acompanha a práxis. A violência se manifesta onde o natural ou o humano – como matéria ou objeto de sua ação – resiste ao homem. Verifica-se justamente numa atividade humana que detém, desvia e finalmente altera uma legalidade natural ou social. Neste sentido, a violência é exclusiva do homem, na medida em que ele é o único ser para manter-se em sua legalidade propriamente humana necessita violar ou violentar constantemente uma legalidade exterior (a da natureza). (Vásquez, 1977, p. 374)

Nesse sentido, o homem pode ser violento e, por conseguinte a sociedade é uma violação ininterrupta daquilo que é natural, essa ação que

⁴ Tomo I do livro o Capital.

⁵ Práxis é um conceito essencial da filosofia marxista, que remete à transformação material da realidade. Na visão de Karl Marx, práxis remete aos instrumentos em ação que determinam a transformação das estruturas sociais. Marx utilizou o conceito de práxis como uma crítica ao idealismo e materialismo. O pensamento marxista descreve práxis como uma atividade que tem a sua origem na interação entre o homem e a natureza, sendo que está só começa a fazer sentido quando o homem a altera através da sua conduta.

envolve a violência é exclusiva do ser humano. Para Vásquez (1977), a práxis⁶ se divide em duas categorias distintas: a práxis produtiva e a práxis artística.

A práxis produtiva é o encontro entre o humano e a natureza, nela ocorrem essas alterações sem resistência do não humano. Na práxis produtiva há existência de enfrentamento, força e um limite a ser vencido sem ter a interferência de algum ato - antipraxis - que anule a transformação. Na práxis material artística, segundo o autor, acontece algo muito similar à práxis anterior, contudo a matéria que sofrerá a ação violenta apresenta uma maior resistência ao processo devido a forma que apresenta, portanto o processo se torna mais violento. Contudo, essa matéria que sofrerá a ação, não está inscrita no âmbito estritamente humano não sofrerá intercorrência da antipraxis.

Para Vásquez (1977), tanto a práxis produtiva quanto a práxis artística, possui o papel de desempenhar a violência em conjunto com o sujeito que provoca a ação, passando a ter uma dupla função: a primeira é de rejeitar de uma determinada forma de legalidade seja ela vinculada a uma forma ou a uma ordem ou a uma realidade preestabelecida, e a segunda função da práxis é a negação da primeira função, com o propósito de vencer essa resistência e com a finalidade de se criar uma nova ordem, uma nova legalidade.

A violência em si, como simples negação, não é criadora: não basta destruir determinada legalidade para que surja uma nova realidade. A violência tem que estar sujeita ao objetivo ou forma ideal que queira plasmar. (Vásquez, 1977, p.377)

A violência vinculada a práxis descrita por Vásquez (1977), é uma violência meramente transitória, de cunho natural ao homem, com objetivo ou materialização no produto do trabalho humano ou numa obra de arte. A práxis, para o autor não se resume a violência, mas ela é um elemento indispensável a práxis. A violência, está inserida na práxis que se encontra presente na práxis social. A práxis social está inserida na como atividade revolucionária, que acarreta a destruição de uma legalidade e de uma ordem já estabelecida ou mesmo a de criar uma nova ordem social.

Práxis e violência se acompanham tão intimamente que, às vezes, parece descaracterizar-se a condição de meio da segunda. A violência está tão vinculada a toda produção ou criação histórica, que faltou

⁶ Para o autor em seu texto a Filosofia da Práxis, o autor cita as demais categorias que envolve a práxis, porém para esse texto, foi escolhido somente essas duas categorias.

quem nela viesse a própria força motriz do desenvolvimento histórico.
(Vásquez, 1977, p.377)

A delimitação na relação entre a violência e a práxis pode estabelecer um ponto ou não de algo indispensável na práxis social, em especial a práxis criadora. O papel da violência nessa relação é transitório, no entanto é elemento vital para práxis. O limite apresentado nessa correlação não esbarra na antipraxis, mas sim num limite físico, corporal na capacidade de resistência do objeto, a violência nesse sentido é o uso da força física com finalidade de destruir a resistência física.

A violência, por isso, assume também um caráter físico. Podemos dizer, por conseguinte, que o sentido do termo violência, como destruição ou alteração humana de uma determinada ordem natural, identifica-se aqui com um sentido mais restrito da violência – destruição física ou uso da força física para conseguir a destruição. (Vásquez, 1977, p.378).

As ações humanas presentes na práxis social vão muito além do físico, se expressam nas relações sociais, econômicas, políticas que estão vinculadas a certas instituições. A práxis social possui a tendência de alterar ou destruir uma determinada estrutura social, composta por certas instituições e relações sociais, entretanto a práxis social só assume esse caráter quando o homem, enquanto ser social desempenha uma relação com os demais e com os membros da comunidade que está inserido, além dos indivíduos atribuídos de um corpo e consciência.

A transformação de uma determinada realidade é orientada pela atividade da práxis social, tendo como finalidade a transformação da matéria social ou humana, aprestando assim um limite dado pelo grupo de indivíduos. A violência se coloca como meio ou uso da força para ultrapassar esse limite imposto que pode ter caráter físico.

[...] o corpo é o objeto primeiro e direito da violência, mesmo que está a rigor, não se dirija em última instância ao homem com ser meramente natural, e sim como ser social e consciente. A violência visa dobrar a consciência, obter seu reconhecimento, e a ação que exerce sobre o corpo dirige-se por isso, a ela. (Vásquez, 1977, p.379)

A violência exercida sobre o corpo não se retém a ele, e sim na sua consciência, o objetivo é atingir o homem como humano dotado de sua consciência. Apesar da violência, no primeiro momento, está restrita ao corpo que sofrerá a violência em conjunto com a práxis e antipraxis social, implicam

num certo conhecimento para além de um corpo físico, possui um corpo humano/consciente.

Assim, a violência da práxis é definida pela obrigação de vencer a resistência de uma matéria. No caso da práxis social é preciso subjugar esse homem que além de físico possui a consciência, a vontade. Como ser social, o homem dotado de consciência tem como objetivo destruir ou mudar a ordem humana a qual se encontra, neste ato o homem vincula a práxis com a violência necessária pra tal transformação. Assim como na práxis existe seu oposto a antipráxis, na figura da violência o seu oposto está a figura da contra violência.

Nesse sentido a contra violência segundo Vásquez (1977), possui o papel de resistência cega na práxis social, o objeto a ser ultrapassado não é meramente um objeto, ele possui a consciência.

Por isso o homem não resiste de modo cego, sujeito passivamente a uma legalidade que fixa e determina sua resistência, e sim, de acordo com seu grau de consciência, variando a resistência até converte-la em oposição aberta, como uma antipraxis que responde a violência com a contra violência. Por conseguinte, a violência está tanto no sujeito como no objeto, e acompanha tanto a práxis como a antipraxis, tanto a atividade que objetiva subverter a ordem estabelecida como a que visa conserva-la. (Vásquez, 1977, p.380-381)

Segundo o autor, a violência se introduz na sociedade capitalista a favor de determinadas relações sociais; a violência torna-se uma atividade contrária do seu sentido original e amplo voltado para criação, sendo assim, a violência se torna um instrumento de dominação na vida social, uma violência responde a outra, passando por formas diferentes de coerção, inclusive às ações que envolvem armamentos com a finalidade de conquistar ou manter o domínio econômico, político ou conservação dos privilégios. Nas sociedades divididas por classes antagônicas, tanto nas relações internas entre classes, como nas relações externas, o que vigora é a violência. Segundo Velho:

Diferentes formas de dominação expressam e produzem valores em torno dos quais a negociação é permanentemente, mesmo quando eles aparecem representados como imutáveis e naturalizados. Tanto na reprodução social, como na mudança e, com certeza na ruptura, a violência física é uma possibilidade sempre presente relacionada com as formas de dominação que apresentam níveis diversos de legitimação. (Velho, 1996, p.12)

Nas relações sociais o seu aparecimento e desenvolvimento estão unidos a conservação da propriedade privada e a divisão da sociedade em classe⁷ sendo esses fatores objetivos. A existência da violência vai além de um ato como resposta a uma violência real, ela se organiza e se estrutura com o potencial de se tornar um ato. A sua organização está voltada a defender os interesses de uma classe, que possui ao seu serviço o Estado⁸ na sociedade de classes antagônica, a violência é a última razão do Estado. A violência nesse caso se manifesta em seu caráter de órgão de dominação de uma classe sobre a outra, ou a violência em potencial quando o Estado pode garantir a dominação pelo meio do consentimento dos interesses sem utilizar de meios coercitivos para garantir que seus interesses sejam alcançados.

Na sociedade capitalista, baseada na exploração do homem pelo homem, a violência possui tanto formas diretas e organizadas de uma violência real, quanto formas indiretas e supostamente espontâneas, como a violência presente na exploração e alienação das relações humanas.

É a violência da miséria, da fome, da prostituição ou das enfermidades, que já não é a resposta de outra violência potencial ou em ato, mas sim a própria violência como modo de vida porque assim o exige a própria essência do regime social. Essa violência surda causa muito mais vítimas do que a violência ruidosa dos organismos coercitivos do Estado. (Vásquez, 1977, p.382)

Para a práxis social de fato ser verdadeira, tem seu ponto de partida segundo Vásquez (1977), no desenvolvimento do mundo, ao ser governado pela violência, por vezes suas ações são vistas como mal necessário para defender princípios “puros”. Entretanto essa violência está presente nos fins sob a forma de exploração normal e natural do homem pelo homem, ou progresso legítimo de uma sociedade distinta, a qual requer a colonização de outros povos para alcançar seus objetivos.

A violência é apresentada como um fato natural e inseparável de seu fim, pois negar o processo violento que é consequência desse fim, seria negá-lo, já

⁷ Segundo o Vásquez (1977), a partir da divisão da sociedade em classes torna-se impossível solucionar todas as contradições. A luta de classes segundo o autor se desenvolve historicamente e em menor ou maior grau a violência se faz presente desde que a existência da classe dominante esteja ameaçada, a mesma não hesita em recorrer a violência para se manter no poder.

⁸ A criação e desenvolvimento do Estado moderno para Velho (1996), possui o confronto dos valores individuais e os integrais, fazendo com que os colonizadores europeus possuam um relativo poder em relação ao colonizados, criando assim dois polos, fortalecendo a noção de uma cidadania sobreposta. O espaço público torna-se o local onde os indivíduos interagem e negociam politicamente.

no outro caso da violência, ela é inseparável da política. No caso da política a violência é contrária aos grandes princípios universais, sendo considerada como mal, neste caso sua prática não possui relação entre a necessidade de exercê-la com seu conteúdo contido em sua prática.

Enquanto na perspectiva da exploração de uma sociedade sobre a outra, voltada para um suposto benefício de uma sociedade dita superior, a violência apresentada não assume o caráter de má, pois os seus princípios do ato violento são ignorados ou ocultados, para assumir uma regra universal, obscura da natureza humana do homem e a sua história, a qual introduz como natural e necessário a invasão e dominação de outras sociedades em prol de um ilusório progresso.

Segundo Vásquez (1977) e Velho (1996), historicamente desde o “nascimento” do Estado, a sociedade encontra-se dividida em classes antagônicas⁹. Segundo Vásquez (1977), todas as mudanças sociais unicamente ocorreram pelo fato da sociedade se encontrar dividida em classes antagônicas desde a criação do Estado, toda e qualquer mudança significativa na estrutura social conhecida pelo homem, estão envolvidas numa verdadeira mudança revolucionária da sociedade. Entretanto nenhuma dessas revoluções pode prever a força violenta em que essas mudanças implicariam. A exemplo disso temos a revolução inglesa no século XVII, francesa, haitiana e a norte-americana no século XVIII, já no século XIX as lutas pela independência nacionais dos povos latinos e no século XX as revoluções russa, cubana, chinesa e a mexicana.

A violência surge, em primeiro lugar para destruir ou quebrar uma ordem social, consubstanciada em homens concretos de carne e osso que exerciam, por sua vez determinado tipo de violência (Vásquez, 1977, p 383 - 384). Ao valer-se do uso da violência nesses contextos históricos, os revolucionários haviam chegado em parte numa possível conclusão, o uso da não violência¹⁰, jamais

⁹ Tanto para Vasquez (1977) quanto para Velho (1996) com a introdução do capitalismo ocorre uma intensificação dessas classes antagônicas, no entanto para Vasquez envolve muito mais os fatores econômicos que distancia essas classes já para Velho são as diferenças culturais entre essas duas classes que causa esse afastamento.

¹⁰ A não-violência, como a própria violência, nas relações humanas, diria respeito ao homem como ser consciente e social, mas enquanto a violência em sentido **restrito** busca atingir a consciência através de seu corpo, isto é, através de uma ação exercida sobre o que homem tem de ser corpóreo, físico, a não-

invalida o uso da violência para transformação das relações humanas e na criação de novas relações.

A importância da necessidade histórica da violência, é reconhecida por Marx, Engels e Lenin.

Para eles, a violência era necessidade imposta pela contradição inconciliáveis da sociedade dividida em classes antagônicas e utilizada, com fins diametralmente oposto tanto pelas classes dominantes como pelas classes oprimidas. (Vásquez, 1977, p. 385)

Para eles a experiência histórica apontava o efeito que nenhuma classe estava propícia a renunciar voluntariamente às suas posições de privilégio político e econômico em prol do pacifismo ou do humanitarismo. Assim como essa experiência mostrava que a persistência das classes oprimidas e exploradas não encontravam maneira pacifista a sua disposição, só lhe restando o rumo da violência. Apesar dessa conclusão, ela não levava a apologia à violência, pelo contrário eles deduziam que a possibilidade e a necessidade de abolir a violência, somente poderia acontecer através da revolução violenta.

A revolução e violência aparecem conectadas, sem que se esgotem nessa relação recíproca. Enquanto a primeira é uma mudança radical nas estruturas das relações sociais e principalmente relações de produção, a segunda é apenas um meio para o fim, o conceito de revolução não se resume a violência, é determinado pelas contradições essenciais a serem resolvidas.

Apesar dessa conexão entre violência e revolução, historicamente não são identificadas com essa conexão. Segundo Vásquez (1977), não é na violência em si que vemos o seu caráter revolucionário, esse caráter é dado pela revolução. Afinal, ambas se encontram historicamente sem que o conteúdo delas se esgotem.

violência trata de ocasionar uma transformação de sua consciência, sem passar pelo corpo, ou seja, sem uma ação exercida sobre este. A ação educativa poderia servir-nos de exemplo de uma ação não violenta que tende a transformar o indivíduo como ser consciente e social sem submeter seu corpo a violência. (Vásquez, 1977, pag. 388 grifo da autora). Quando o autor escreve sobre o sentido restrito da violência, o autor considera que a violência no seu sentido amplo envolve a violência ideológica, moral, etc. O autor também fala da consciência da não violência que se exprimi quase sempre numa insuficiência real, ou seja, na impossibilidade de transformar de forma efetiva o mundo pelo caminho indispensável para isso. Diante a experiência histórica da não-violência, provou que a liberdade do homem obrigatoriamente passou pela violência.

Nesse sentido a violência é uma contradição primordial do desenvolvimento histórico. A sua apologia, segundo o autor, em relação a toda práxis social humana encontra-se afirmada:

- 1) Na história humana é violenta, está intrínseca na história da humanidade, a violência sendo a força motriz para o desenvolvimento da humanidade;
- 2) Na práxis social, sendo comandada pela violência, a qual não poderia se manifestar como práxis social não violenta, ou seja, a violência em toda práxis seja ela presente ou futura como elemento essencial;
- 3) Na existência de uma violência que ocorrerá historicamente a outra, ou seja, a possibilidade de ocorrer uma nova sociedade sem Estado ou sem meios e aparatos coercitivos.

As três afirmações, expõem uma violência separada do contexto histórico em que a práxis social, utilizou-se do papel da violência para se alcançar o objetivo. Elas ocultam a relação da violência e da práxis, introduz a violência em um plano afastado da ordem societária, no entanto a violência é a responsável pela transformação de uma nova práxis, entretanto nessa tentativa de alteração depara-se na resistência consciente e organizada, daqueles que batalham para sua manutenção. Existe violência, porque há contradições antagônicas, inconciliáveis entre homens, entre as classes sociais. (Vásquez, 1977).

Na medida em que as classes se enfrentam com interesse e objetivos inconciliáveis, essa contradição antagônica há de resolver-se violentamente. A violência é o caminho para conquistar o poder ou manter o que foi conquistado. Mas nenhuma classe social prefere a violência quando pode atingir seus objetivos por meios não violentos, da mesma maneira que nenhuma classe social vacilará em recorrer a ela, como razão suprema, quando perigarem seus interesses vitais. Isto explica o fato de que, enquanto a sociedade esteve dividida em classes antagônicas, a violência tenha estado presente em seus momentos decisivos. (Vásquez, 1977, p. 391)

Apesar disso, a história se encontra carregada de violência, é necessário não se deter somente em alguns fatos, deve-se enxergar os interesses e objetivos humanos das classes sociais que se envolve num conflito e praticam a violência. A durabilidade da violência ao longo da história até mesmo a sua continuidade, após a socialização dos meios de produção, poderia justificar uma concepção a-histórica.

O uso da linguagem violenta não poderia deixar de ser falada pelo homem, essa resposta apresenta-se de forma tradicional nas concepções religiosas. Nas quais o que figura a violência é tido como expressão da natureza humana deturpada pelo pecado ou pelo mal. Já na esfera biológica é tida como caráter instintivo do homem que não desaparece no plano social.

Vásquez (1977) cita Sartre e a sua concepção da violência no âmbito da antropologia existencialista que ele defende; de acordo com essa definição, a violência seria uma estrutura que acompanha a ação do homem, enquanto o mesmo viver no reino da necessidade ou mais precisamente a escassez. A partir da concepção feita por Sartre, sobre as relações violentas surgirem da escassez de algo, a escassez é utilizada para explicar o fato de o homem fazer o uso da violência.

Para Vásquez, na obra de Sartre a violência se encontra em uma relação mútua com o homem, entretanto o caráter desta relação está alienado, inumano sendo consequência da escassez.

[...] o que opõe os homens, que formam objetivamente uma classe, e os leva a violência, não é a tomada de consciência de uma situação como a escassez, mas sim sua situação objetiva não em relação aos produtos, mas fundamentalmente em relação a seus meios de produção. É a posse, ou a não posse, desses meios de produção – e não dos bens ou produtos em geral – que os divide e opõe entre si. Esses meios de produção na sociedade capitalista não são “escassos” para os proletários; simplesmente não existem para eles; carecem desses meios e essa carência determina objetivamente sua atitude e atividade violenta – em determinadas circunstâncias – em relação ao capital (greves, manifestações, protestos diversos e inclusive insurreição armada). (Vásquez, 1977, p. 393)

O acolhimento dessa consciência citada por Vásquez (1977), tende a ser um caráter mais organizado e consciente nas ações do homem, porém a última aproximação da violência é definida econômica e socialmente, ou seja, sua forma mais objetiva.

De uma forma temos a união da violência com a escassez, entretanto essa união não responde a intensificação dos conflitos de classe, se for posto em outro ângulo, a violência mesmo com seu aprofundamento e tamanho que são consequência da intensificação na sociedade capitalista e a riqueza por esse modo produzido. A sociedade de classes antagônicas historicamente, está unida

a violência organizada, mas pelo excedente produzido no modo de produção capitalista do que pela escassez.

A escassez por outro ângulo, não se vincula necessariamente a uma atitude violenta, de fato apesar vivida nesse modo de produção capitalista, ela nem sempre é vivida com tal atitude violenta que em Vásquez (1977) cita Sartre ao expor, suas condições sociais e históricas concedem a consciência dessa escassez. Essa vinculação da forma simplificada entre a práxis e a violência por meio da escassez, exposta por Sartre, se torna uma falácia, pois nem sempre a consciência da escassez a qual vivemos faz com que esse o homem - inserido no modo de produção capitalista – possua a plena consciência da escassez que vive, porque ela nem sequer sugere ou desperta uma necessidade correspondente daquilo que ela provoca.

De fato, a escassez vincula-se com o empobrecimento do espírito e também expressa a riqueza do mesmo, no entanto tal categoria não se vincula com uma atitude violenta. A justificativa de que a violência surge pela escassez não é a mais persuasiva, no entanto a escassez não produz uma reação violenta, mas sim a consciência que possui o papel do homem perceber que vive em situação de escassez. A violência passa a ter um tom de cor mais abstrato que foge de suas raízes sociais e de classe.

Ora, a violência existe objetivamente, na medida em que os homens lutam entre si em virtude de seus interesses de classe, e isso inclusive sem ter consciência da sua situação objetiva que, através desse choque de interesse, leva-os à violência. (Vásquez, 1977, p. 395)

Encoberta a sua raiz econômica, social, de classe, da violência, de raça, e de gênero, torna-se fácil desviar a atenção para violência, para que não foque no sistema que a incita. Sem a consciência de suas raízes, a relação com a violência na sua forma direta e imediata - como a opressão colonial, a violência política, o terror, a guerra -, ou seja, a violência em sua forma imediata e direta pode ser vivida e compreendida.

Entretanto essa violência que aparece no cotidiano é a expressão de uma violência mais acentuada: a exploração do homem pelo homem, a violência econômica a serviço do modo de produção capitalista. No caso da violência colonial exemplificada pelo imperialismo inglês onde se estabelece a exploração

opressiva da economia da população colonial, estabelecendo uma divisão entre os explorados e os imperialistas, Vásquez cita Fanon¹¹:

Durante séculos, os capitalistas se comportaram no mundo subdesenvolvido como verdadeiros criminosos de guerra. As deportações, as matanças, o trabalho forçado, a escravidão, tais foram os principais meios utilizados pelo capitalismo para aumentar suas reservas em ouro e diamantes, suas riquezas, para estabelecer seu poder. (Vásquez *apud* Fanon, 1977 p. 395)

Essa violência descrita por Fanon em sua obra “*Los condenados de la tierra*” executada pelo imperialismo inglês somente pode ser exercida através de extrema violência como o capitalismo, isto é, depois do capitalismo se estabelecer como tal, através de uma violência econômica que objetivamente deu origem a acumulação do capital, descrita por Marx em sua “*O Capital*”.

O fato de esquecermos os fatores que objetivam a violência, faz com que a simplicidade em que Sartre explica os atos violentos em situações extremas - como a escassez – que aparece na forma direta e imediata da violência, deixa em segundo plano, a violência que assume a forma mais sutil e indireta. Entretanto o princípio da violência direta e imediata e da violência sutil e indireta é o mesmo. Estas duas formas de manifestação da violência é um prolongamento entre a contradição principal que é a exploração do homem pelo homem, a contradição capital e trabalho.

[...] daí a necessidade de pôr a nu as raízes econômicas, de classe, da violência, pois só assim se encontra o fundamento último de todas as formas que ela pode assumir na sociedade dividida em classes antagônicas. (Vásquez, 1977, p. 397)

Do ponto de vista marxista é a junção entre a violência e os fatores econômicos e sociais que definem a dominação de uma classe sobre a outra, pois o reconhecimento da violência nestas relações, torna-se também a chave para a criação de uma nova sociedade em que sejam extintas as relações violentas entre os homens.

Para Velho (1996) essa exploração exposta por Vásquez (1977) se acentua a partir da:

[...] divisão social do trabalho, as diferenças geram diferenças num processo de especialização contínua. Uma das diferenças associadas diretamente à produção de tensão e conflito é a desigualdade social. A

¹¹ A obra em que Vásquez retira essa citação de Franz Fanon é *Los Condenados de la tierra*.

possibilidade de legitimá-la está ligada à existência de universos simbólicos mais ou menos abrangentes. (Velho, 1996, p.13)

Essa violência exposta por Vásquez, para Velho (1996) vai além da possibilidade de se fazer uso da força física, encontra-se na expectativa ou coação de efetivar o uso da violência relacionada a práxis. A noção de um outro indivíduo destaca a diferença de estabelecer a vida social, à medida que se põem em prática as relações sociais estabelecidas, sendo assim o que diferencia esses indivíduos é o elemento de base social quanto fonte de conflito entre eles.

Essa diferença exposta por Velho (1996) é o elemento que caracteriza a chance de transformação em diferentes níveis sejam eles econômicos, matrimoniais, os políticos entre outros. E, na esfera cultural segundo Velho (1996), mais precisamente no esvaziamento dos conteúdos culturais particularmente os éticos, no sistema de relações sociais acompanhado com a desigualdade social, estes apresentam-se como fundamentos para compreender a violência no cenário contemporâneo. Segundo Velho, no momento em que olhamos para o outro como diferente, estranho a mim, considerando conteúdos culturais particularmente os éticos, acabamos por utilizar da violência para prevalecer de interesses conforme o que está exposto e fixado na sociedade contemporânea.

Essa ideia de interação apresentada por Velho (1996) está baseada na noção do outro como ator que possui interesses, perspectivas e valores implicando no fato de que a realidade tem que ser negociada. E para essa interação existir é necessário que exista também uma noção compartilhada de justiça, um valor comum na sociedade.

A complexidade é, ao mesmo tempo, consequência e produtora das diferenças. Ou seja, a partir de um determinado momento, como na divisão social do trabalho, as diferenças geram diferenças, num processo da especialização contínua. (Velho, 1996, p.13)

Ao aprofundarmos essa afirmação encontrada na obra de Velho, por muitas vezes acabamos por introduzir esse discurso de modo que naturalizamos que permeia a sociedade, sobre essas diferenças encontradas na sociedade pautando a reciprocidade encontrado ao longo do texto, assim caindo num disfarce sobre o que de fato nos difere que para o autor são as nossas diferenças socioculturais, quando realmente o que nos difere está atrelado a estrutura social

variável e determinada historicamente por aqueles que detém o controle organizacional da sociedade, com normas, leis, aparelhos privados de hegemonia e em último caso o poder coercitivo do Estado.

Nesse contexto existe o acentuamento da função do poder público na figura do Estado com o papel de negociar essas desigualdades de classe, baseada num sistema de justiça e equidade possuindo normas jurídicas de igualdade perante a lei criada para o bem comum.

Tanto na reprodução social, como na mudança e, com certeza, na ruptura, a *violência* física é uma possibilidade sempre presente relacionada com as formas de dominação que apresentam níveis diversos de legitimação. Esta é, constantemente objetos de contestação e disputa. (Velho, 1996, p.13)

Velho (1996) expõe, ainda que a violência é estabelecida por uma reciprocidade mínima que é agravada pelas desigualdades sociais intensificada pelas classes antagônicas. A modernização e o crescimento dos grandes centros urbanos, segundo o autor, afetaram o sistema de relações sociais. Esses valores individuais se intensificaram, principalmente no capitalismo, e viabilizou diferentes modos de vida. A simultaneidade de variados modelos de construção da realidade expõe, a complexidade da sociedade e a tensão entre ideologias totalizantes e individualistas; as desigualdades se acentuaram e geraram e geram a violência.

A desigualdade enquanto violência não possui um tempo histórico determinado, ela necessariamente atinge todos modelos de sociedade possível. Essa naturalidade a ela atribuída ao longo da história da civilização e acentuada nos marcos do capitalismo tem seu papel de destaque na estrutura social neste modo de produção esse tipo de violência descrita por Velho e aprofundado por Vasquez acontece por causa da institucionalização da mesma.

Uma das consequências dessa institucionalização é a fragmentação pois o homem é subjugado a ponto de se tornar instrumento de violência e de domínio. Por se encontrar voltado para valores individuais, esse homem não consegue entrar em contato com os valores universais, acarretando na sua vivência em sociedade, tensões sociais, relacionada a questões de patriarcado, raça/etnia e a classe social que esse indivíduo se encontra inserido.

Embora a tensão social sempre estivesse presente segundo Velho (1996), com eventuais irrupções de violência, tendiam a predominar acordos e negociações que diluíam a ameaça de confronto físico. A fim de diminuir essa tensão social está a criação de limites e leis a essas ações que criam maneiras discriminatórias.

Em Odalia (1986), esse homem convive em sociedade e possui a necessidade de a organizar a sua vida em relação ao outro e em relação a sociedade. A definição de formas mais ou menos claras desses limites e leis citados por Velho, podem auxiliar a convivência em sociedade, mas ao contrário de Velho, Odalia afirma que essas de normas de comportamento e leis podem criar algo de caráter discriminatório.

Elas estabelecem o que é permitido e o que é proibido. Se tomo o conjunto de leis de um país, em seu desenvolvimento histórico, percebo que, a cada momento histórico, esse conjunto de leis é a forma explícita da institucionalização da violência – não fora assim, não haveria evolução das normas jurídicas de um país. As leis consagram os limites de violência permitidos a cada sociedade. (Odalia, 1986, pag.37)

Para Odalia (1986), a criação da lei raramente é uma projeção do futuro; a sua função contraditoriamente apresenta a conservação dos limites ínfimos e toleráveis por uma estrutura de sociedade já definida. O autor afirma que a lei se assegura em limites pré-fixados sem ultrapassar o considerado perigoso por não ser de fato uma força que se impor, possui como mecanismo a adaptar-se a uma realidade, buscando se consolida e se justificar na mesma. A sua função na sociedade de normalizar aquilo que não é normal e institucionalizar, cria limites, situações que deveriam ser abolidas na sociedade.

Nesse sentido, para entender a violência como ela é apresentada no nosso cotidiano torna-se importante compreender a categoria teórica do Estado e seu papel em estabelecer valores éticos, políticos e determinações econômicas e sociais na sociedade, mecanismos fundamentais para o domínio da classe trabalhadora e a legitimação da classe burguesa em nossa sociedade.

3. Violência, Estado e suas concepções

Há muitas maneiras de matar uma pessoa. Cravando um punhal, tirando o pão, não tratando sua doença, condenando à miséria, fazendo trabalhar até arrebentar, impelindo ao suicídio, enviando para a guerra, etc. Só a primeira é proibida por nosso Estado

Bertolt Brecht

Ao analisar o Estado e a sua formação nunca foi um trabalho simples, principalmente sua importância política ao longo da história. Quando pensamos na ideia habitual de Estado, logo relacionamos ele à política, pois é nela que se encontra as medidas em geral para o desenvolvimento econômico do mundo, torna-se cada vez mais claro que tal desenvolvimento se apresenta intrinsecamente ligado com a evolução do capitalismo.

Entretanto tal avanço do Estado transformou-se de forma mais complexa, levando a necessidade de teorias que o compreendesse melhor. Buscando obter maior compreensão da formação do Estado moderno utilizaremos neste capítulo os autores Carnoy (2005), Alves (2005), Lenin (1917), Vasconcelos, Schmallier e da Silva (2012). Esses autores debatem a formação e as diversas concepções de Estado.

A questão debatida por esses autores está centralizada com a formação do Estado e seu papel na criação de leis, valores influência na violência na sociedade que se encontrava em transição do período histórico e econômico do feudalismo para o nascimento do capitalismo.

Nesta análise do Estado, se torna essencial abordar as concepções atribuídas a ele ao longo da sua formação na transição do feudalismo para o capitalismo, a partir das teorias do direito natural abordadas por Hobbes, Locke e Rousseau, assim como a concepção liberal do Estado tratada pelos autores Smith, Mandeville, Bentham e Mill e o aprofundamento do referencial teórico do materialismo histórico dialético utilizado por Marx, Engels, Lenin e Gramsci para aprofundar a concepção de Estado no modo de produção capitalista.

3.1 Teoria Clássica do Estado

A teoria clássica do Estado desponta a partir da mudança econômica e política na Europa no século XVII¹². Queda do sistema econômico, político e social feudal e a legitimidade da lei divina, a qual se encontrava controlada pela Igreja Católica vinha sendo debatidos e atacadas, nessa sociedade, havia uma mudança nas ideias que circulavam na sociedade.

Nesse contexto histórico de transição do feudalismo para o capitalismo, as mudanças no sistema econômico, político e social que surgem com as concepções de Estado para os jusnaturalistas¹³ Hobbes, Locke e Rousseau¹⁴ se apresentam em forma de contrato, e estes eram firmados entre a sociedade e aqueles que os governavam.

Thomas Hobbes na sua obra “Leviatã” foi um dos primeiros a sistematizar o Estado e o comportamento político dos seres humanos. Seu método científico, apresentava como objeto central o estado de natureza, ou seja, o estado primitivo dos homens onde os indivíduos isolados são impulsionados por suas paixões, instintos e interesses para alcançar seus objetivos, e por causa desses impulsos encontram-se em estado permanente de guerra por exercer o seu direito natural.

O homem civilizado queria sair dessa condição, mas ao mesmo tempo ele também tinha - no estado de natureza - os direitos naturais que queria preservar, particularmente "a liberdade que cada homem possui para usar seu próprio poder como quiser, para a preservação de sua própria natureza; isto é, de sua própria vida, e, conseqüentemente, de fazer qualquer coisa conforme seu próprio juízo e razão e, além disso, de conceber os meios mais apropriados para tanto. (Carnoy *apud* Hobbes, 1968, pag. 189; 2005, pag.26)

Por esse motivo existe uma tensão entre conservar a liberdade proveitosa no estado de natureza e a possibilidade do medo gerado pela violência e da guerra, a qual é produzido por esse estado. Para Hobbes, o fato dos indivíduos se utilizarem da violência para conseguirem alcançar os seus

¹² No período que corresponde ao renascimento destaca-se Maquiavel que em sua obra “O Príncipe” tenta aperfeiçoar a arte de governar do seu príncipe, ensinamento de manter, obter e expandir o seu poder desta através de uma abordagem científica para governar o mundo real. Tal obra serviu de base diverso teóricos do século XVII e XVIII a formularem as suas teorias do Estado de natureza, sobre o comportamento individual e coletivo. Fonte texto do Carnoy

¹³ O jusnaturalismo também conhecido de direito natural é universal, imutável e inviolável, é imposta pela natureza a todos aqueles que se encontram em um estado de natureza, sua condição primordial na sociedade. A corrente deste pensamento, defende que o direito não se submete a vontade humana, ele existe antes mesmo do homem e acima das leis humanas. Ou seja, as ações do homem são guiadas pela sua natureza primitiva.

¹⁴ Esses três autores eram jusnaturalista e também contratualista, ou seja, para eles os indivíduos só sairiam de seus estados de natureza a partir de um contrato firmado por esses indivíduos com o Estado.

objetivos não daria a possibilidade de coexistir uma sociedade sem a violência dos mesmos, para ele só o Estado teria o “poder regulador” de conter esses impulsos que nascem com o indivíduo no seu estado primitivo, devendo, portanto, esse homem ser politicamente submisso à um Estado Absoluto. (Alves, 2005)

Nesse modelo de Estado, os indivíduos renunciariam seu poder pessoal em favor de um soberano – um indivíduo ou grupo de homens – restringindo os súditos à condição de incapacitados evitando assim a guerra.

Convergindo com a ideia de Estado formulada por Hobbes, encontra-se John Locke possuindo em comum a ideia sobre o estado de natureza do homem, segundo Alves (2005):

[...] se Hobbes via o "Homem como o lobo do Homem" (devendo, portanto, ser politicamente submisso à um Estado Absoluto), Locke assumiu uma visão oposta, possuindo uma fé muito clara na capacidade humana de consenso e diálogo, com o Homem, na sua função social, mais que política, de cidadão, tendo o controle do Estado mediante os seus representantes regularmente constituídos. Neste sentido, Locke identificava o Estado da Natureza como uma condição de paz e assistência mútua pré-existente à instituição do Estado. (Alves, 2005, p.12).

Em Locke, a condição política original, não era movida pelas paixões individuais como se encontrava na obra de Hobbes, para ele o homem está num perfeito estado de liberdade e detém todos os privilégios e direitos da lei universal da igualdade encontrada na natureza, tendo o direito em relação “aos outros não apenas de assegurar e preservar sua propriedade, mas ser, ao mesmo tempo, juiz e executor da lei natural”. (Carnoy, 2005, pág.)

Ainda de encontro com as ideias de Hobbes, Locke defende o argumento sobre estado de guerra em que o homem se encontra, que tende a acontecer quando um homem submete o outro a sua vontade e que o único meio de sanar é através de um contrato social.

Segundo Alves (2005) a sociedade civil encontrada na obra de Locke é fruto de um contrato social, no qual os homens em sua condição de livres e iguais, providos de razão, iriam abandonar uma parte de seus direitos naturais com a finalidade de estarem livres permanentemente do estado de guerra e dos malefícios consequentes das guerras para a sociedade.

Entretanto na natureza de quem irá mandar – a natureza do soberano – encontra-se um ponto de divergência entre Locke e Hobbes. Enquanto para Locke o soberano possui a representatividade de mero executor de leis vindas da soberania popular, na tentativa de delimitar o estado de guerra permanente que a sociedade se encontrava, para Hobbes o soberano era aquele que detinha o poder de decisão.

Para Locke o representante político criado pela sociedade é o Estado, para assegurar segundo Carnoy (2005) o “princípio fundamental dos direitos individuais” à propriedade privada. Contudo tal direito assegurado exclui todo aquele da sociedade civil que não possui a propriedade.

O Estado (poder legislativo e executivo) é o poder dado por esses proprietários individuais, para proteção de sua propriedade e de si mesmos. Se o Estado não cumprir seu mandato, os membros da sociedade civil têm o direito e o poder para dissolvê-lo. O legislativo e o executivo têm poder político enquanto refletem a vontade dos membros individuais (propriedade-posse) da sociedade civil, na qual reside o verdadeiro poder político. (Carnoy, 2005, pag.30)

A teoria sobre o Estado abordada por Rousseau se baseia também no contratualíssimo e jusnaturalismo, assim como Hobbes e Locke, no entanto diverge sobre a natureza do homem. Se para os outros autores o estado de natureza era selvagem e precisava do Estado para controlar suas “paixões violentas”, para Rousseau o homem em seu estado primitivo era bom, mas a sociedade em que ele está inserido o corrompe por guerras e conflitos, e em busca de uma sociedade “justa e igualitária”, visando em proteger a sua propriedade privada e criando o Estado.

Em Rousseau o conceito de sociedade civil, distancia-se dos conceitos de Locke e Hobbes. Para ele a sociedade civil, era com o homem encontrava a realidade, ou seja, a sociedade entrava em conflito como o estado de natureza, sem moralidade, do homem, sendo assim a sociedade e a responsável por corrompe-lo gerando a dicotomia entre estado de natureza e sociedade civil.

Rousseau em oposição à Locke, considerava o surgimento dessa dicotomia no “nascimento” da propriedade privada com a origem da desigualdade e a sociedade civil como produto do desejo do homem para assegurar os interesses dos mais ricos e que necessariamente não são os mesmos da massa.

O primeiro homem que, após cercar um pedaço de terra, se lembrou de dizer: isto é, meu, e encontrou pessoas simples o bastante para acreditarem nele, foi o verdadeiro fundador da sociedade civil. Quantos crimes, quantas guerras, quantos assassinatos, quantas desgraças e horrores teria poupado para a espécie humana aquele que, arrancando as estacas ou atulhando o fosso, tivesse gritado aos seus semelhantes: guardai-vos de ouvir esse impostor; estais perdidos se vos esqueceis de que os frutos da terra pertencem igualmente a todos nós, e de que a própria terra é de ninguém! (Rousseau apud Carnoy, 1967, pag. 211-212: 2005 pag. 32)

Para Rousseau, o surgimento da sociedade civil e do Estado era uma criação dos abastados e influentes com o intuito de permanecerem na classe dominante, dando a todos alguns benefícios com o intuito de preservar a desigualdade que lhe favorece. A essência do Estado era legitimar a exploração dos mais pobres.

Com essa visão do surgimento do Estado e da sociedade civil, Rousseau afirmava a impossibilidade de separar as desigualdades sociais da política, segundo Carnoy, na tentativa dos homens que querem ser livres e iguais, conduzi-los a aceitar a sociedade civil criada.

A solução para Rousseau era, o contrato social no qual o Estado iria intervir diretamente nas questões de modo a garantir um certo nível de igualdade. Neste sentido tanto Rousseau quanto Locke se aproximam, pois ambos viam o poder do Estado garantindo na cidadania, apesar de nem todos os cidadãos serem iguais.

Nesta perspectiva a existência do Estado estaria ligada à função de definir as classes da população em conceitos não concretos; para Rousseau a divisão dos cidadãos por categoria sem cair para as classes sociais, para que não ocorra esse desvio, o Estado deveria se limitar a elementos como a ascendência de seu nascimento ou a propriedade que possui.

Considerando o estado de natureza corrompido que a sociedade civil se encontrava, Rousseau via no Estado a vontade geral por meio de sua via contratual a defesa da sociedade civil, entretanto defendia a necessidade de haver uma limitação sobre a propriedade privada a fim de não ocorrer a extrema pobreza e riqueza.

Posterior à corrente de pensamento dos autores jusnaturalistas, surgia o pensamento liberal, no qual possuía como pilar a justificativa econômica para a diminuição da intervenção do Estado, apresentava um alternativa diferente da visão do homem na sociedade; não eram as paixões que o controlava, mas a necessidade de explicar a relação do homem entre a busca de seus interesses e a menor intervenção do Estado na sociedade.

3.2 A Doutrina Liberal e o Estado

Se para os autores da teoria jusnaturalista a essência da vida em sociedade se encontra na relação entre o controle do Estado com o estado natural em que o homem se encontrava antes do surgimento da sociedade, para os autores da teoria liberal, como Adam Smith, o principal objetivo da vida em sociedade, se encontrava no âmbito econômico, no qual o homem buscava a fama, o governo dos seus pares diferente dos clássicos.

Smith traz a visão econômica se opondo à corrente filosófica jusnaturalista cuja a interpretação de melhorar ou piorar a situação do homem em sociedade era vinculada ao seu estado de natureza. Semelhante a Locke, Smith também considera que ação individual do homem quando posto os seus próprios interesses econômicos, com a produção e comércio de manufatura, poderia inserir um bom governo e uma ordem social para melhorar a condição humana, superior um governo intervencionista.

O esforço natural de cada indivíduo para melhorar sua própria condição, quando se permite exercê-la com liberdade e segurança, é, a princípio, tão poderoso que ele, sozinho, e sem nenhum auxílio, não somente é capaz de conduzir a sociedade à riqueza e à prosperidade, mas de superar uma centena de obstáculos inoportunos, colocados muito frequentemente pela loucura das leis humanas para dificultar suas ações; embora a consequência desses obstáculos seja sempre mais ou menos a usurpação de sua liberdade ou a diminuição de sua segurança. (Smith *apud* Carnoy, 1937, 508: 2005, 37)

Em Smith, o bem-estar coletivo só se realizaria através de ações individuais através do ganho econômico, enquanto o homem lutava por seu enriquecimento próprio, de forma inconsciente seus esforços estavam

sucedendo em uma sociedade melhor; essa ação realizada de forma inconsciente pelo homem a princípio foi interpretável por muitos antecessores do autor como uma característica indesejável humana de mesquinhez. A teoria feita por Smith demonstra que as paixões humanas eram sujeitas aos incentivos de ganho material, no entanto o autor afirma que essa característica humana mal interpretada por seus antecessores resultou em ganhos para o maior número de pessoas.

Aparentemente nessa teoria o autor apresenta a solução do problema encontrado anteriormente na obra de Rousseau; este acreditava que a sociedade civil era fundamentada na competição, na corrupção, no comércio, e nos interesses pessoais que levariam a corrupção. Oposto a esse pensamento de Rousseau, Smith afirmava que a atividade econômica vinculada com o livre mercado produz a melhor de todas as sociedades, pois com a diminuição do Estado, reduziria os riscos da sociedade se tornar corrupta.

Outro autor que complementa o pensamento liberal é Bernard Mandeville, que seguindo a linha de pensamento de Smith, defende que de forma paradoxal, através das necessidades egoístas dos homens, estas resultam em uma prosperidade nacional e o bem-estar da sociedade. Para Mandeville – que antecipou a concepção de “mão invisível” – nem toda paixão do homem, em especial a mesquinhez é necessariamente imoral, divergindo de Smith.

Essas paixões para Mandeville, não eram obrigatoriamente imorais, a afirmação de imoralidade descrita por Smith, nunca foi provada por não possuir argumento para comprovar que esse ganho vindo da competição entre os indivíduos, seja de fato imoral no sentido de prejudicar os mesmos.

Sempre que existia uma comunidade coesa... os interesses individuais e as paixões, longe de prejudicarem alguém, podem estar voltados para a vantagem dos outros. Porém, inevitavelmente, eles se transformam por inteiro em algo bem diferente quando essa comunidade não mais existe e a competição é dominante. Os interesses pessoais têm uma grande influência em cada caso, mas, como assinalou Rousseau, "isto não indica ações idênticas". De um lado, o interesse individual, a solidariedade e a homogeneidade com os interesses dos outros são, de fato, somente um aspecto, ou uma especificação do interesse comum, mas, de outro lado, onde tal "comunidade" não existe, esse é um interesse que se choca com os dos outros e pode ser conseguido somente em detrimento deles: o resultado disso é a imoralidade e a injustiça. (Colleti *apud* Carnoy, 1972, 211: 2005, pag. 38-39)

Nesse sentido, diante da afirmação apresentada sobre os fatores negativos gerarem algum resultado positivo, Smith coloca três elementos citados, nele o papel do Estado perde sua centralidade em relação a dinâmica social desenvolvida; a centralidade nesse caso encontra-se na autorregulação do mercado, onde contraditoriamente uma “loucura” humana iria retroceder de forma mais significativamente rigorosa para fins de promover um ganho coletivo material e por consequência uma melhora social.

Dessa forma, o pensamento de Smith confunde o incentivo para o ganho com o amor ao ganho; nesse sentido em sua obra, os indivíduos são propriamente sociais e a atividade econômica livre desenvolvida por eles seria o suficiente para produzir uma sociedade melhor, cabendo somente ao Estado o papel de manter a situação segura para todos os cidadãos, devendo ser apoiado. Apesar do papel do Estado ser periférico em sua obra, Smith afirma que o Estado é responsável pela criação de leis responsáveis para melhorar o mercado.

Outros autores que possui o mesmo pensamento liberal eram Jeremy Bentham e James Mill. Possuindo um contexto social-econômico diferente de seus antecessores eles viam o nascimento do modo de produção capitalista e o início das agressões da classe trabalhadora; para eles o Estado burguês possuía a necessidade de proporcionar igualdade e segurança ao sistema de propriedade ilimitada e à empresa capitalista. (Carnoy, 2005)

Entretanto, o Estado de acordo com Bentham, não é obrigado a fornecer a subsistência, nem a produzir em grande quantidade. Tal ação surge do próprio modo de produção capitalista, da fome, do medo e do desejo de acumular bens.

Ele apresenta um argumento para a igualdade de riqueza baseado na lei da diminuição da utilidade marginal da riqueza; no final das contas, porém, é a segurança da propriedade que se torna a mais importante função da lei (o Estado). (Carnoy, 2005, pag. 45)

A função desempenhada pelo Estado, segundo Bentham e Mill, é de nutrir o sistema do mercado livre e defender os indivíduos da corrupção e da ganância governamental. Torna-se fundamental que tenham eleições e a

liberdade de imprensa, pois somente nessas situações é que os eleitores poderiam mudar os governos oficiais e o povo poderia proteger-se do governo.

Como na teoria clássica do Estado, o poder estava nas mãos dos eleitores – cidadãos¹⁵. A diferenciação estava na observação de que nem todos os cidadãos eram iguais e seu poder político também não deveria ser igual. Nesse sentido, em suas obras esses autores afirmavam que o sistema de mercado livre atenderia melhor o modelo de economia atual e o bem-estar social, para que os cidadãos não ficassem nas mãos governamentais.

Com o aumento da militância da classe trabalhadora, em meados do século XIX, esse modelo concorrencial proposto por Bentham e de Mill mudou. Sem se afastar do pensamento liberal, da qual o povo devia se proteger do governo que o administrava, o autor John Stuart Mill enxergou o processo democrático como uma auxílio ao desenvolvimento humano, guiando para uma sociedade livre e igualitária, ainda não atingida.

O progresso humano só iria sobrepor qualquer sistema através da atividade democrática. A desigualdade já se encontrava antagônica a democracia desenvolvimentista proposta pelos autores, porém a desigualdade não era inerente ao capitalismo; ao contrário, era acidental e poderia ser remediada. (Carnoy, 2005)

Para Mill, restabelecendo a ideia clássica sobre o modelo de sociedade ideal, na qual ele definia como ideal uma comunidade de trabalhadores laboriosos promovendo o desenvolvimento da capacidade humana. O sistema de gratificação dessa sociedade seria recompensar o esforço através dos princípios capitalistas, ou seja, estabelecer um sistema baseado na meritocracia no qual os indivíduos ricos fossem recompensados pelos esforços de possuir os meios de produção sendo esse sistema injusto para os trabalhadores.

Para o autor, a culpa por essa injusta desigualdade de distribuição vinha da era feudal cuja propriedade estava concentrada nas mãos dos senhores

¹⁵ No caso dos autores liberais Mill e Bentham, o conceito de cidadania está relacionado a liberdade de expressão e as eleições que garante o poder dos eleitores em mudar os governos oficiais para a proteção do povo contra o Estado, caso o mesmo não cumpra as funções relacionadas ao livre mercador. Os cidadãos, nesse modelo de cidadania proposta pelos autores, não são iguais em seu poder político, e essa diferenciação deveria se manter, sendo está a única maneira de impedir o governo se voltar contra os interesses da população.

feudais, acreditava que no capitalismo iria reduzindo de forma gradativa a desigualdade de renda, riqueza e poder que eram heranças do passado feudal.

Sendo assim, a teoria liberal do Estado burguês seria uma democracia representativa, com o poder habitando em um pequeno grupo de cidadãos, devido, em grande parte, a uma acumulação pré-capitalista anterior da propriedade.

O Estado ideal era aquele no qual o poder político era estendido a um grupo amplo, deixando que o mercado livre cuidasse da distribuição da riqueza e da renda. A desigualdade de propriedade era crescentemente aceitável para os teóricos burgueses como o preço necessário a pagar pelo aumento da produção, com a "igualdade" expressa cada vez mais em termos políticos. (Carnoy, 2005, pag. 47)

De acordo com Bentham e James Mill ocorreu a primeira divisão formal entre a organização do Estado: como democracia política e a organização da economia, no modo de produção capitalista desigual e baseada nas classes sociais antagônicas. A problemática aconteceu na deslocação do papel do Estado como responsável na produção da igualdade com a finalidade de conservar o Estado democrático.

Nesse sentido, a questão sobre o voto numa sociedade dividida em classes antagônicas, a decisão a respeito de quem poderá ter direito ao voto ou não, se torna um ponto essencial no controle dessa sociedade, ou seja, quem teria a permissão, entre as classes antagônicas para participar do processo eleitoral nessa lógica; o papel do governo era de prover um número limitado de serviços e o cumprimento das leis. O sistema econômico, livre, era a "perfeição" no modelo liberal.

A democracia não era mais o instrumento de controle dos excessos econômicos visualizados por Rousseau; ao contrário, para Bentham e James Mill, a democracia era necessária somente para limitar os excessos inatos dos funcionários governamentais, dando aos cidadãos o poder para mudar tais funcionários através da vontade geral. (Carnoy, 2005, pag. 47)

A democracia, proposta por Mill, resolveria a imposição criada por Rousseau de existir uma sociedade sem classes, com a finalidade de possuir um contrato social possível, teve um fim, apesar de que o problema da desigualdade econômica imposto pelo modelo liberal permanecia a preocupar seus teóricos,

em especial John Stuart Mill, que encontrou na proposta de algum molde de organização do modo de produção capitalista (cooperativas de produtores) a possibilidade dos trabalhadores se tornarem capitalistas¹⁶.

O Estado capitalista estava se configurando a partir da teoria liberal; havia uma naturalização da exploração da classe trabalhadora, e em oposição a surgia a concepção do materialismo histórico dialético que questionava o Estado desenhado pelo modo de produção capitalista e a pseudoneutralidade do mesmo.

3.3 Concepção Marxista do Estado (Marx, Engels, Lênin e Gramsci)

Tomando como base o debate sobre a formulação do Estado através da teoria liberal, Marx e Engels através da teoria do materialismo histórico dialético enxergava a sociedade na sua totalidade, rejeitando a ideia de um Estado como a forma ideal governada pelo bem-comum, mesmo no modelo democrático encontrado no ocidente. Para Karl Marx, onde sua obra tem como foco principal de estudo o modo de produção capitalista, a violência, apesar de não ser tese central de suas reflexões, se manifesta de forma transversal nas relações de classe, através da exploração no processo produtivo apresentado em diversas refrações na sociedade contemporânea, e como resultado temos desemprego, fome, miséria, roubo, dentre outras demonstrações provocadas por essa violência.

Aprofundando ainda mais nesta visão mais crítica acerca da origem e da função do Estado, segundo Carnoy (1998) para Engels não é o Estado que molda a sociedade, mas a sociedade que molda o Estado e a sociedade por sua vez molda-se pelos interesses da classe que o domina, assim como Rousseau que afirmava que a criação do Estado era para assegurar os privilégios dos mais

¹⁶ Isso estava intimamente ligado a questão sobre os inquilinos sem bens, caso permitido o voto, apoiariam o Estado burguês. Os partidos políticos criados para conter a rivalidade da classe trabalhadora ao capitalismo, contiveram as divisões de classe, que podiam ter levado a um fracasso dos governos burgueses pelo voto.

ricos. Entretanto se diferencia os demais teóricos sobre a função dele no controle do mercado.

O Estado não é, de forma alguma, uma força imposta, do exterior, à sociedade. Não é, tampouco, "a realidade da Ideia moral", "a imagem e a realidade da Razão como pretende Hegel. É um produto da sociedade numa certa fase do seu desenvolvimento. É a confissão de que essa sociedade se embaraçou numa insolúvel contradição interna, se dividiu em antagonismos inconciliáveis de que não pode desvencilhar-se. Mas, para que essas classes antagônicas, com interesses econômicos contrários, não se entre devorassem e não devorassem a sociedade numa luta estéril, sentiu-se a necessidade de uma força que se colocasse aparentemente acima da sociedade, com o fim de atenuar o conflito nos limites da "ordem". Essa força, que sai da sociedade, ficando, porém, por cima dela e dela se afastando cada vez mais, é o Estado. (Engels apud Lenine, 1917, pag. 3)

Marx e Engels rejeitam a visão dos jusnaturalistas Hobbes e Locke, a qual o Estado "Racional" seria o "curador" dos impulsos primitivos que estavam na sociedade constituída no modo de produção capitalista e a visão dos liberais no qual o papel do Estado não passava de um mero coadjuvante na construção da sociedade o papel de destaque era para o livre mercado que visaria o bem-estar social.

Em Marx e Engels o Estado é na verdade o dispositivo essencial para a dominação de classe, aparentando estar acima de todos os conflitos, no entanto está intrinsecamente envolvido neles de forma que sua maior expressão está na política.

O moderno Estado capitalista é dominado pela burguesia. "Através da emancipação da propriedade privada diante da comunidade o Estado se torna uma entidade separada ao lado e de fora da sociedade civil, mas não é nada mais do que a forma de organização que a burguesia necessariamente adota para fins internos e externos, para a garantia mútua de sua propriedade e interesses. (Carnoy apud Marx e Engels 1964, 78; 2005:68)

O Estado apesar de servir a classe dominante, evolui no sentido de mediar as contradições entre os indivíduos e a comunidade, Marx e Engels afirmavam que o Estado é a expressão política de uma classe que dominava sem ter primordial "compô" de classe. Sendo assim uma instituição socialmente necessária, imposta para atender certas tarefas sociais essenciais para sobrevivência da sociedade, constituindo-se assim em uma instituição de classe.

Em um conceito criado por Marx e Engels, o Estado tem seu ponto de partida na necessidade em controlar conflitos sociais entre outros inúmeros interesses econômicos e esse controle é executado pela classe economicamente dominante.

Entretanto, a fim de que esse antagonismo – representado por classes com interesses econômicos conflitantes – não se consumam a si próprios e à sociedade em luta infrutífera, um poder, aparentemente pairando acima da sociedade, tornou-se necessário para servir como elemento moderador do conflito e para conservá-lo dentro dos limites da “ordem”; e este poder, derivado da sociedade, mas colocando-se acima e, progressivamente, alienando-se dela, é o Estado ... Como o Estado surgiu da necessidade de se manterem os antagonismos de classe sob controle, mas também surgiu na fase aguda da luta entre classes, ele é normalmente o poder da classe economicamente mais poderosa, a qual, por seus recursos, torna-se também a classe que domina politicamente e, assim, adquire novos meios de submeter e explorar a classe oprimida. (Engels apud Carnoy, 1990, pag. 21)

Nesta relação de dominação econômica está a estrutura e superestrutura, na qual a sua estrutura é a sociedade e as relações econômicas desenvolvidas, e o Estado se torna a superestrutura para eles. O Estado é uma ditadura, que nem sempre se usa de violência física, onde se compreende as esferas jurídica, política e religiosa, instituições necessárias para propagação ideológica como mecanismo para manter controle na sociedade.

O Estado se torna expressão da sociedade civil e política, e das relações de produção nela inseridas, portanto, ele se torna essencial a estrutura econômica, sendo assim constituído um dos meios de dominação burguesa. Contrapõe-se a tese sustentado pelos teóricos liberais, a qual o Estado deveria possuir o mínimo de intervenção na área econômica, e as relações desiguais que se desenvolvem neste modo de produção seria meramente herança da era feudal.

No marco da produção capitalista o Estado se transforma em uma criação para mediar os conflitos de classe e legitimar a ordem econômica burguesa estabelecida. Para Marx e Engels o Estado burguês em determinados períodos é caracterizado pela harmonia da luta de classes, desta forma o poder de Estado, como conciliador entre elas, passar a ter uma certa autonomia frente a elas. Ainda segundo Carnoy:

[...], o Estado serve aos interesses da classe capitalista, desde que, embora use aquela capacidade acumulativa de classe para seus próprios propósitos, não altera as relações de produção, deixando

assim o controle básico sobre a economia em mãos burguesas. Isso também significa que um Estado autônomo desse tipo deva durar pouco tempo, na medida em que a burguesia e o proletariado recuperarem a força para lutar mesmo em circunstâncias econômicas favoráveis (isto é, uma política de desenvolvimento bem-sucedida). (Carnoy, 2005, 75-76)

Nesse sentido se destaca na teoria sobre Estado de Marx e Engels o papel de “braço” repressivo da burguesia executado pelo Estado, segundo Carnoy:

A ascensão do Estado como força repressiva para manter sob controle os antagonismos de classe não apenas descreve à natureza de classe do Estado, mas também sua função repressiva, a qual, no capitalismo, serve à classe dominante, à burguesia. Há aqui, duas questões: a primeira se refere a uma função primária da comunidade – imposição das leis – inerente a toda sociedade, e a segunda se refere à ascensão do Estado e à repressão inerente a essa ascensão. De acordo com Marx e Engels, o Estado aparece como parte da divisão de trabalho, isto é, como parte do aparecimento das diferenças entre os grupos na sociedade e da falta de consenso social. (Carnoy, 70, 1998)

A repressão é parte histórica da definição de Estado, marcando a separação de poder, sobre a comunidade viabilizando um grupo na sociedade usar o poder do Estado contra outros grupos. Essa visão se contrapõe a visão dos autores jusnaturalistas, que viam através do controle do estado de natureza do homem pelo Estado o “bem-estar” social e, também rejeita a ideia dos autores liberais, na qual o “bem-estar” social seria alcançado por meio da economia sem intervenção do Estado. Nesse sentido a noção marxista apresenta a concepção e compreensão sobre o Estado ser um braço repressivo da burguesia em prol de seus interesses.

A relativa “paz” encontrada no capitalismo, é nada mais que um sistema “pacífico” de exploração, de pobreza e de desemprego imposto pelo sistema, e mantido pela violência organizada do Estado. A violência do sistema continua sob o disfarce de uma legalidade, normatização e moralidade aceita de forma comum. Mas legalidade e moralidade também não constituem construções eternas, mas históricas.

Baseado nessa teoria, Lênin desenvolveu uma análise mais aprofundada sobre o Estado, desenvolvida em 1917 no contexto da Revolução Russa. Lênin compreendia assim com Marx e Engels que o Estado era um órgão de controle de classe. Para Lênin:

O Estado é o produto e a manifestação do antagonismo inconciliável das classes. O Estado aparece onde e na medida em que os antagonismos de classes não podem objetivamente ser conciliados. E, reciprocamente, a existência do Estado prova que as contradições de classes são inconciliáveis das classes. O Estado aparece onde e na medida em que os antagonismos de classes não podem objetivamente ser conciliados. E, reciprocamente, a existência do Estado prova que as contradições de classe são inconciliáveis. (Lenin, 1917 pag. 3)

Para Lenin, o principal instrumento de poder do Estado está no exército permanente e na política, sendo o binômio coerção e coesão. Seguindo nessa linha teórica Lenin considerava que um dos traços de formação do Estado era como a força armada da burguesia, apesar de existirem momentos democráticos dentro do capitalismo, há o controle da burguesia nas instituições de cunho democrático.

O ponto chave na análise de Lenin, se encontra na relação do Estado, nas sociedades capitalistas, com as instituições democráticas, que são controladas de forma direta pela classe burguesa. Assim como Engels, Lenin entendia que a primeira forma de controle da classe trabalhadora é a dominação e a segunda é coerção, a qual se constitui nos aparelhos repressivos do Estado tais como o exército, a polícia e a burocracia; o Estado legitima a violência gerada na contradição capital e trabalho. Para ele a democracia era uma fraude e o único método que serviria para acabar com essa dominação seria a democracia do proletariado.

É, porém, impossível, porque a sociedade civilizada está dividida em classes hostis e irreconciliáveis cujo o armamento “espontâneo” provocaria a luta armada. Forma-se o Estado; cria-se uma força especial, criam-se corpos armados, e cada revolução, destruindo o aparelho governamental [...]. (Lenin, 1917, pág. 5)

O Estado é historicamente aliado a classe dominante, sendo assim o Estado de classe, sua dominação é dada para classe que possui o maior poder econômico; assim esta classe passa a ter domínio da política, encontrando novos meios de explorar e oprimir a classe submissa a ela. O poder público atribuído ao Estado é uma força que tende a se reforçar à medida que há uma acentuação do antagonismo de classe no interior do Estado, e para manter esse poder isolado da sociedade e localizado sobre ela são necessários uma dívida pública e os impostos.

Para Lenin assim como para Engels, a cobrança de impostos executada por funcionários do governo é um mecanismo de controle de sociedade. Outro mecanismo de controle segundo Lenin, no sistema democrático é o voto universal, são também forma de dominação da classe dominante.

Para além desses autores que compartilham a linha teoria do materialismo histórico dialético, em Gramsci se encontra um aprofundamento do Estado burguês e os mecanismos de dominação e exploração da classe trabalhadora, estando além da questão econômica apresentada pelos autores anteriores.

3.2.1. Gramsci: Estado e Revolução Passiva

Gramsci possui uma enorme contribuição para as formulações marxistas sobre o Estado, abrangendo a economia política, a sociedade civil e as suas raízes nas condições materiais de vida.

Assim como em Marx, para Gramsci a sociedade civil é o ponto central para o entendimento da evolução do capital nela se encontra o elemento ativo e positivo do desenvolvimento histórico “é o complexo das relações ideológicas e culturais, a vida espiritual e intelectual, e a expressão política dessas relações que toma-se o centro da análise, e não a estrutura.” (Carnoy,2005,93)

Para Gramsci, a política e o Estado não deveriam ser analisados de forma separada e de forma abstrata, suas reflexões visavam a totalidade. Gramsci “via que a produção e a reprodução da vida material, implicando a produção das relações sociais globais, é o fator ontológico primário na explicação da história.” (Schmaller, Silva, Vasconcelos *apud* Coutinho, 2013)

Gramsci descarta reduzir a sociedade somente pela economia, ou seja, a sua estrutura, as forças produtivas ou às relações técnicas de produção dada neste modo de produção. Em sua compreensão, a estrutura não está ligada somente a esfera da produção de mercadorias materiais, entretanto engloba a relação de homens e mulheres na sociedade capitalista. A estrutura, por

consequência, envolveria não apenas as forças produtivas, mas produção das relações sociais, ou seja, a totalidade¹⁷ social presente na vida.

Para além das relações desenvolvidas na estrutura, haviam uma articulação maior com a estrutura que a complementava que era a superestrutura. A superestrutura envolve um conjunto dinâmico, complexo e pleno de contradições, por qual a classe que possui a hegemonia desempenha a sua dominação através de dispositivos de repressão ou culturais, que possuem a função de propagar a ideologia dominante na sociedade para classe subalterna. Assim auxiliando o Estado a ampliar suas funções, em especial o caráter educativo, sendo este o seu papel principal.

Embora para Marx e Gramsci a natureza da sociedade civil seja a chave para a compreensão do desenvolvimento capitalista, na definição de Marx a sociedade civil e a estrutura (relações de produções), e para Gramsci a sociedade civil é também a *superestrutura*, representando um fator ativo e positivo no desenvolvimento histórico; é o conjunto das relações culturais e ideológicas, da vida intelectual e espiritual e a expressão política daquelas relações. É esse conjunto, e não a estrutura, que se torna o foco da análise Gramsciana. (Carnoy, 1990, pag. 26)

Nesse sentido, em Gramsci encontramos no Estado a própria sociedade constituída de forma soberana, essa sociedade é vista como organizada formada de instituições complexas, sendo ela de cunho público ou de cunho privado, estruturada entre si, tendo transformações do seu papel histórico através de lutas e das relações de poder específicas de grupos articulados em busca da hegemonia dos seus interesses.

Por esse fator que o conceito de hegemonia se torna o ponto principal na teoria de Gramsci sobre o Estado. Segundo Bobbio:

[...] argumenta que Gramsci inverte a teoria marxista tradicional em dois aspectos: primeiro, Gramsci enfatiza a supremacia das superestruturas ideológicas sobre a estrutura econômica; segundo, enfatiza a supremacia da sociedade civil (consenso) sobre a sociedade política (força). (Carnoy apud Bobbio, 2005, 94)

¹⁷ Segundo Coutinho essa totalidade não se limita à ação recíproca de seus vários momentos, porém possui um momento predominante: “a estrutura e as superestruturas formam um ‘bloco histórico’, ou seja, o conjunto complexo e contraditório das superestruturas é o reflexo do conjunto das relações sociais de produção” (GRAMSCI apud COUTINHO) Fonte texto (Re)visitando Gramsci: considerações sobre o Estado e o poder dos autores Vasconcelos, Schmaller e da Silva.

Para Gramsci, nem a força e nem razão da produção capitalista possuía significado para explicar o domínio ideológico dos valores e normas sobre as classes subalternas, ou seja, certo estilo de vida e de pensamento é da classe dominante, na qual um conceito de realidade é transmitido por toda sociedade, em todos seus âmbitos institucionais e privadas. Para ele, havia dois pontos significativos sobre a hegemonia.

O primeiro é o desenvolvimento da sociedade civil, nessa parte a classe dominante realiza seu controle utilizando de sua liderança intelectual e moral sobre seus aliados. O segundo é a relação entre as classes dominantes e subalternas, nela as investidas sucessivas da classe dominante fazendo uso das lideranças intelectual, política e moral “impõe sua visão de mundo como inteiramente abrangente e universal, e para moldar os interesses e as necessidades dos grupos subordinados” (Carnoy, 2005).

Entretanto o consentimento não é uma relação fixa, ela move para adequar-se ao momento histórico, nessa concepção a hegemonia não é uma força coesiva, ela é a expressão plena das contradições e sujeita aos conflitos posto nessa relação.

Nessa concepção o Estado, passou a servir a classe dominante nas esferas econômica, cultural e política, com maior possibilidade de oprimir e explorar a classe subalterna, ou seja, através de consenso dos aparelhos privados ideológicos que estão na superestrutura, a ideologia e a política são difundidos com maior facilidade, incluindo a família, os sindicatos de trabalhadores, partidos políticos reformistas e os meios de comunicação privados são, por definição, aparelhos de Estado, ou, em outros termos, aparelhos hegemônicos (Carnoy, 2005).

Por isso, discutir violência estrutural é discutir sobre o Estado, não só pelo fato de que este tem o domínio exclusivo dos instrumentos de violência legítima como também tem o controle de aparelhos privados de hegemonia de forma a alienar e produzir um consenso, com a finalidade de manter ou restaurar a ordem e paz da sociedade.

O Estado é o complexo das atividades práticas e teóricas com o qual a classe dominante não somente justifica e mantém a dominação como

procura conquistar o consentimento ativo daqueles sobre os quais ela governa. (Gramsci apud Carnoy, 2005, 99)

Nesse sentido, buscando entender a complexidade das atividades do Estado, realizamos a pesquisa que possuía como objetivo aprofunda a percepção e a concepção dos alunos que cursam Serviço Social, sobre a violência, em especial a violência estrutural e o papel do Estado na manutenção do *status quo* da classe dominante, no seu cotidiano.

4. Violência e Serviço Social: Análise dos dados

É uma coisa que eu costumo até brincar em casa, a taxa de mortalidade de homens negros é muito alta até os vinte e cinco anos de idade, então hoje eu tenho trinta e cinco anos de idade, então eu costumo dizer lá em casa para alguns amigos mais próximos, agora é o que eu nasci para a sociedade burguesa, agora eu tenho um ano de idade, eu considero sobreviver todas as mazelas que o homem negro poderia sofrer.

Entrevistado: Malcolm X.

No presente capítulo iremos apresentar a análise de dados com base na técnica de análise de conteúdo, cujo objetivo é compreender criticamente o sentido das comunicações seja ela oral, escrita ou visual, seu conteúdo manifesto ou reprimido, as significações explícitas ou implícitas. Segundo Martinelli (1999, p.61):

(...) a análise de conteúdo se apresenta como uma proposta metodológica dinâmica que se faz permanentemente por meio de uma interação contínua com o analista. Com isso o pesquisador, ao desenvolver a ação de analista da comunicação e ao visualizar a adequação do uso da metodologia ao estudo, se transforma e transforma o objeto, ao retirá-lo do seu estado original, aparentemente inerte, sem, contudo, modificar os próprios termos da comunicação.

A análise de conteúdo possui como uma das partes da metodológica a pré-análise, que consiste no levantamento e na organização do material, além da identificação dos indicadores ou eixos de análise, que subsidiarão as reflexões interpretativas da mensagem.

A análise e interpretação dos dados, consiste na identificação da significância do material resultante da análise, por meio de regras anteriormente definidas na pré-análise. É nessa etapa que se efetiva o tratamento qualitativo dos dados, buscando identificar e analisar dimensões analíticas, constructos e variáveis associados aos eixos de análise.

A pesquisa possui os seguintes eixos de análise: o conceito de violência, tipificar essa violência, o conhecimento dos entrevistados sobre a violência estrutural e a percepção dos alunos quanto a transversalidade das questões de gênero, raça/etnia e classe com a questão da violência.

O público alvo da pesquisa foi constituído por 12 discentes de serviço social, divididos em dois grupos: discentes que cursaram a disciplina de “Violência e Sociedade” e discentes que não cursaram a mesma. Esclarecemos que a monografia realiza uma análise comparativa entre as narrativas e depoimentos dos respectivos grupos. A escolha dos alunos participantes ocorreu por uma questão de disponibilidade e acessibilidade dos mesmos ao serem selecionados para realizar este estudo.

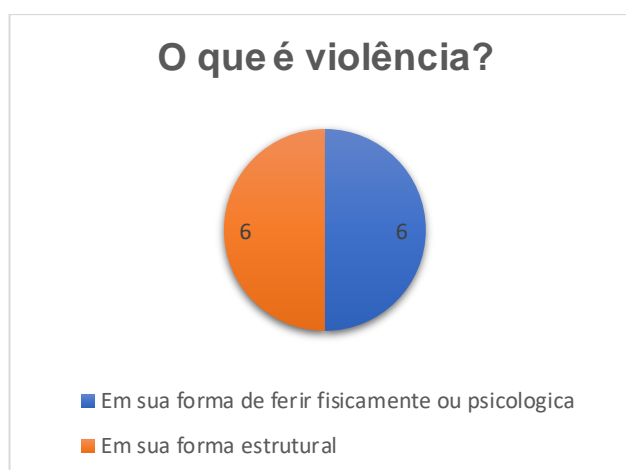
No sentido de garantir o anonimato, cada entrevistado escolheu o nome de uma pessoa negra, que seja uma referência em sua vida ou trajetória acadêmica. A seguir destacamos um quadro demonstrativo da população alvo:

Período que o aluno ingressou na faculdade	Quem cursou a disciplina “Violência e Sociedade”	Quem não cursou a disciplina “Violência e Sociedade”
2014.2	Jorge Lafond	Milton Nascimento
2015.1	Minervino de Oliveira	Jones Manoel
2015.2	Malcolm X	Dandara dos Palmares
2016.2	Marielle Franco	Milton Santos
2017.1	Elza Soares	Lima Barreto
2017.2	Djamila Ribeiro	Katiuscia Ribeiro

A seguir, apresentaremos a análise dos dados, organizada a partir de cada eixo de análise.

Com relação ao primeiro eixo de análise – Conceito de violência - dentre os alunos que realizaram a disciplina de “Violência e Sociedade”, a metade (6) considera a violência como qualquer punição e força coercitiva e a outra metade (6) como uma expressão das contradições inerentes a sociedade capitalista. Abaixo destacamos o gráfico deste eixo:

Gráfico 1



Fonte: elaborado pela própria autora, 2019.

Como observamos no gráfico, a metade dos alunos entrevistados responderam que violência é o uso da força coercitiva numa perspectiva de agressão física ou psicológica, como destacam os entrevistados abaixo:

(...) violência de um modo geral pra mim é qualquer punição ou força coercitiva, que é exercida sobre você com relação a algo que você faz ou deixa de fazer. (Jorge Lafon)

Violência, ela pode ser uma agressão física, uma agressão psicológica, uma agressão social depende do contexto (...) (Marielle Franco)

Violação de direitos aí engloba muitas questões ais principalmente violar um direito. (Milton Nascimento)

[...] violência é por assim dizer uma expressão ou como um sinônimo de agressão dependendo do contexto, como uma expressão da questão social, como um braço da questão social, como um instrumento do capitalismo. Falando de um jeito bem amplo assim pode ser isso. (Dandara dos Palmares)

A outra metade dos entrevistados considera a violência em sua forma estrutural. Segundo Cavalli (2009), esse tipo de violência se configura na imposição de regras, valores e normas, de modo que as naturaliza e as torne essenciais para o desenvolvimento da sociedade capitalista. Separamos alguns depoimentos:

[...] é assim violência do Estado contra as populações, contra o pobre isso rola, violência de um homem para o outro, é difícil definir o que é

violência, entendeu você mora num estado que não te dá educação, não dá saúde decente, isso pra mim é violência brutal, mas do que roubar um celular na zona sul, iphone na zona sul. (Lima Barreto)

[...] existem vários tipos de violência, mas acho que ela tá estrutural em nossa sociedade, ainda mais na sociedade que a gente vivi né capitalista etc., machista etc. Ela tá além da física. (Elza Soares)

Essa forma de violência que engloba tanto o caráter econômico, a estrutura social, quanto o caráter ideológico, a superestrutura da sociedade capitalista. Segundo Marx:

A organização do processo capitalista de produção desenvolvido quebra toda a resistência; a constante geração de uma superpopulação relativa mante a lei da oferta e da demanda de trabalho e, portanto, o salário, nos trilhos convenientes às necessidades de valorização do capital; a coerção muda exercida pelas relações econômicas sela o domínio do capitalista sobre o trabalhador. A violência extra econômica, direta, continua, é claro, a ser empregada, mas apenas excepcionalmente. Para o curso usual das coisas, é possível confiar o trabalhador às “leis naturais da produção”, isto é, a dependência em que ele mesmo se encontra em relação ao capital, dependência que tem origem nas próprias condições de produção e que por elas é garantida e perpetuada. Diferente era a situação durante a gênese histórica da produção capitalista. A burguesia emergente requer e usa a força do Estado para “regular” o salário, isto é, para comprimi-lo dentro de certos limites favoráveis a produção de mais valor, a fim de prolongar a jornada de trabalho e manter o próprio trabalhador num grau normal de dependência. Esse é um momento essencial da assim chamada acumulação primitiva. (MARX *apud* Ribeiro, 2013: 808-809).

De fato, esse eixo apresentado por Marx, sobre a violência estrutural parte da análise da exploração estabelecida no modo de produção capitalista, é legitimada pela ideologia, uma vez que as leis instrumentalizadas não precisam da vontade e de consciência dos homens, como modelo de validação das relações estabelecidas pelo modo de produção.

Assim, os valores, regras e leis capitalistas dão sustentação a toda forma de exploração e produção do capital sejam elas implícitas ou sejam considerados como atos de caráter violento.

Este primeiro eixo de análise demonstra um equilíbrio entre as respostas dos dois grupos de entrevistados, ou seja, apesar de períodos distintos e de terem cursado ou não a disciplina “Violência e Sociedade”, os alunos percebem a violência numa dimensão mais ampla e implícita as contradições da sociedade capitalista. Consideramos que por meio do acúmulo teórico adquirido na graduação, ao participar das atividades extensionistas e de pesquisa, os

discentes de serviço social apresentaram uma percepção das expressões da questão social e das particularidades socio-históricas do Serviço Social no Brasil. Segundo lamamoto:

A profissão traz, pois, em suas raízes, o selo de legitimação de classe, como um dos instrumentos a serviço da dominação político-ideológico a e da apropriação econômica, isto é, como um tipo de ação social essencialmente política, ainda que trasvestida de aparência meio-burocrática e filantrópica-moralizadora. (lamamoto, 2013, pag. 229)

Os alunos entrevistados, oriundos de diferentes períodos, apresentam um olhar crítico sobre a categoria teórica da violência, construída e fundamentada a partir do contato com as disciplinas do curso de Serviço Social e com a perspectiva do materialismo histórico dialético.

Essa visão crítica só foi possível através do movimento de ruptura, que resultou numa maior aproximação com o materialismo histórico dialético,

[...] a intenção de ruptura capta o significado social do exercício da profissão em suas relações com a produção e reprodução da sociabilidade em vigor na sociedade brasileira. Trata-se de um Serviço Social pertencente à dinâmica capitalista, sob a luz de um referencial inspira teórico-metodológico da fonte marxista. Com isso, as problemáticas que permeiam a profissão encontram sua base para analisar o novo e o concreto. Situando histórica e sistematicamente as questões da teoria, do método, do objeto e as finalidades profissionais na amplidão que é essencial: da profissão que se monta nos espaços da divisão socio-técnica do trabalho, sendo empreendidos pelo debate das lutas de classes. (Pereira e Santos, 2016, pág. 11)

O serviço social passou a desvelar a realidade social, compreendendo a essência dos fenômenos sociais, agindo como protagonista no processo de produção e reprodução das relações sociais.

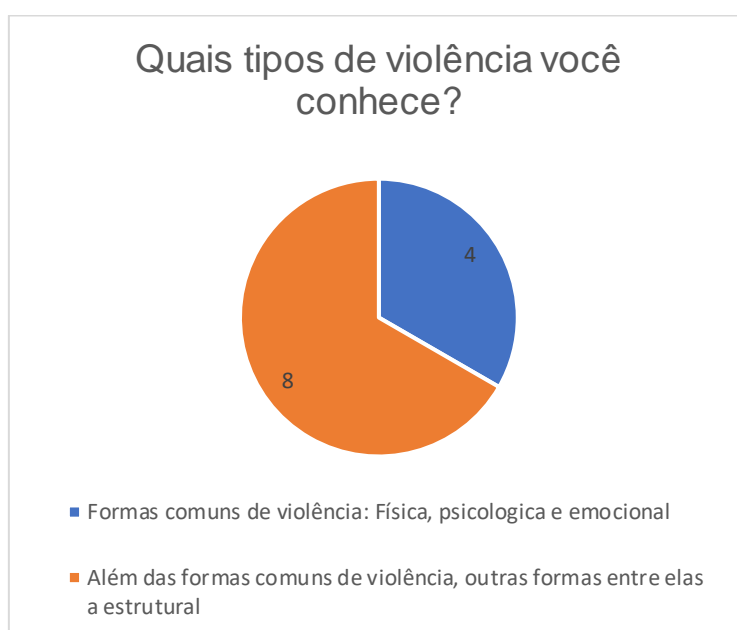
Em relação ao segundo eixo de análise – quais tipos de violência você conhece - dentre os alunos que realizaram a disciplina de “Violência e Sociedade”, quatro alunos afirmaram que a violência estrutural está entre os tipos de violência que conheciam e os outros dois afirmaram que somente conheciam as manifestações mais comuns da violência como a física, psicológica e emocional.

Ao compara-lo ao grupo de alunos que não cursaram a disciplina obtivemos o mesmo resultado quando questionados sobre quais tipos de violência eles conheciam. Percebe-se que os alunos entrevistados em sua

grande maioria compreendem a relação entre a violência em sua forma estrutural na sociedade capitalista como o principal objeto de intervenção dos assistentes sociais – questão social.

No gráfico abaixo, analisamos a tipificação violência, apresentada pelos entrevistados, através do aprofundamento crítico na perspectiva do materialismo histórico dialético.

Gráfico 2 - Quais tipos de violência você conhece?



Fonte: elaborado pela própria autora, 2019.

Observa-se com base nos dados expostos que a maioria dos entrevistados responderam que entre as manifestações de violência que eles conhecem, encontra-se a violência estrutural. A violência estrutural torna-se visível nas relações definidas pela exploração da classe subalterna, sendo sustentada e legitimada pela ideologia dominante, devido às regras, valores e normas criadas para manutenção e validação da ordem burguesa, estabelecida de forma que homens tornam a naturalizar as relações no modo de produção capitalista. Assim, a forma de produção e exploração do capitalismo sustenta e aliena os indivíduos das relações produtivas, desta forma as ações

desenvolvidas no meio produtivo, passam a não ser consideradas violentas. Separamos alguns depoimentos:

Violência estrutural, que tipo assim a gente acha que violência não é algo novo, atrelado ao longo de nossa formação, da nossa sociedade, como todo. Mas a violência que a gente vivência no nosso dia a dia, não podemos descolar da nossa realidade e, é bom determinar que tipo assim, nós vivemos dentro de uma sociedade que funciona na marca de modo de produção, modo de produção capitalista. Tipo assim, alguns aspectos da violência vão sempre presentes, então aí por isso pensar o debate da violência estrutural. A violência enquanto práxis também, a violência que tem por objetivo transforma a realidade, por isso que eu pontuei antes que a violência em alguns momentos pode ser positiva, quando inicio do seu ciclo não se encerra em manter o que está posto, mas visando uma transformação. E tem as expressões de violência no nosso cotidiano como a violência doméstica, e diversa formas de violência. (Minervino de Oliveira)

Violência contra mulher, violência LGBTfóbica, é violência estrutural, violência econômica, violência é violência baseada no racismo, racismo né ... eu tinha pensado em uma mais esqueci. Enfim acho que são essas, eu tinha pesada em outras, mas eu esqueci. (Jones Manoel)

Violência doméstica, violência estrutural, violência física, domestica eu já falei, violência de gênero e violência de raça. (Marielle Franco)

Que eu conheço eu, cara eu conheço violência policial, vejo a violência polícia por aí, a violência de gênero, violência sei lá por motivos idiotas, não sei a violência pode estar em todos os lugares. (Milton Santos)

No interior desta relação, figura-se a questão social e suas refrações que alimentam as desigualdades na vida cotidiana da classe trabalhadora. O alicerce da questão social está nos seus fundamentos estruturantes, ou seja, quanto mais produz no âmbito da economia nacional ou mundial e aumenta a capacidade de acumulação, na mesma proporção direta cresce a relação de exploração, e deste modo a desigualdade social, econômica, cultural, política entre as classes sociais se expande.

Como explicita Netto (2001), a pobreza crescente não se dá pela escassez de recursos como em outro modo de produção, mas pela abundância e pela má distribuição de renda socialmente produzida.

Dessa forma, para compreender o fenômeno da violência em sua totalidade é preciso ultrapassar a aparência exposta pelas suas manifestações, buscando analisar os processos de produção e reprodução das relações da sociedade burguesa. Ainda que se trate de um acontecimento, o qual se manifesta inúmeras vezes no âmbito individual, a violência não se restringe a

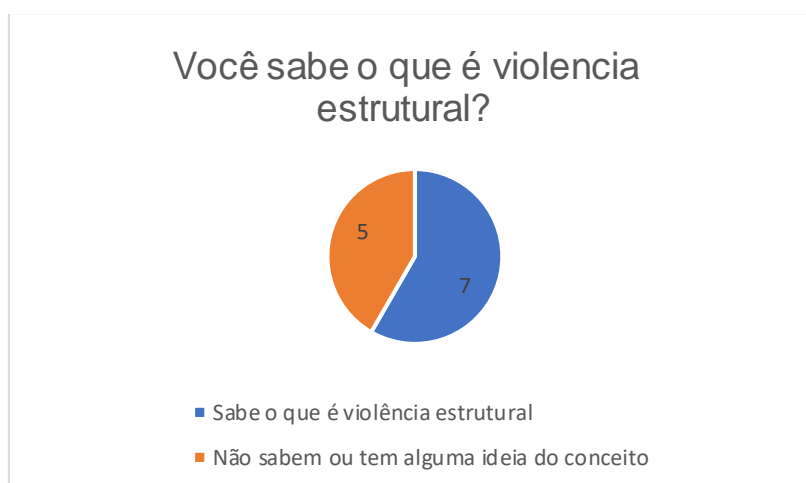
ela, e mesmo que seja inevitável relaciona-la ao que praticam o ato violento ou os que sofrem a ação deste ato, não podemos esquecer que estes indivíduos são seres sociais inseridos num processo social, moldados pelos determinantes históricos.

A complexidade social sobrepõe o desenvolvimento das relações sociais propriamente ditas em determinados contextos históricos. Nesta perspectiva, compreende-se que “a ordem do capital oferece o terreno sócio histórico e as condições objetivas para a materialização de qualquer processo violento (por mais pontual que pareça)” (Silva *apud* Ros, 2011, pag. 4).

Em relação ao terceiro eixo de análise – você sabe o que é violência estrutural - dentre os alunos que realizaram a disciplina de “Violência e Sociedade”, todos afirmaram que sabiam o que é violência estrutural. Ao compara-lo ao grupo de alunos que não cursaram a disciplina obtivemos resultado diferente, ou seja, quando questionados se eles conheciam o termo ou a categoria teórica “violência estrutural”, somente um aluno respondeu de forma positiva, enquanto a maioria respondeu que não conhecia sobre o tema ou possuía alguma noção sobre o assunto.

Percebemos que a totalidade de alunos entrevistados consideram a ausência do Estado em diversos âmbitos ou as violações de direitos como violência, mas aqueles que não cursaram a disciplina não conhecem o termo teórico de violência estrutural, como podemos observar no gráfico abaixo:

Gráfico 3 - Você sabe o que é violência estrutural?



Fonte: elaborado pela própria autora, 2019.

Percebe-se que os alunos entrevistados que responderam que conheciam o termo violência estrutural cursaram a disciplina “violência e sociedade”,

apresentando uma maior percepção da relação entre a violência em sua forma estrutural e as expressões da questão social. Separamos alguns depoimentos:

Como o processo de toda sociedade então assim a violência estrutural do sistema capitalista. Nós sentimos mais por sermos trabalhadores, de uma classe que não é dominante, aliás uma classe dominada pelo um sistema que faz a gente se diminuir, sentir diferente, sempre menos. E uma violência tipo assim de propósito para você não toma atitude, para você não mudar, não questionar. (Milton Nascimento)

[...]a violência estrutural pode ser considerar uma das formas de manutenção do status quo, acho que a violência ela é utilizada em determinados momentos para manter as coisas como ela estão. É mais ou menos isso. (Minervino de Oliveira)

[...], violência estrutural e estruturante também né, é como a forma da sociabilidade e da socialização foi feita no Brasil, principalmente eu sei mais do lado do racismo né, na pegada da raça com a escravização do povo negro e depois da abolição que tiveram vários, não tiveram meios de subsidiar esse povo recém liberto, a própria criação da Polícia Militar e tal, e todo preconceito do racismo tem para essa população e estrutura a sociedade que a gente vive quando você vê nas estatísticas essas pessoas são as que mais sofrem violência letais da própria polícia, as que mais comentem suicídio por causa do racismo e por tudo que elas sofrem. (Elza Soares)

Tais expressões da questão social como a fome, miséria, desemprego, desigualdades sociais, abandono, dentre outras, que são encontradas nos dias atuais não surgem naturalmente, mas são consequências das contradições distintas do sistema capitalista, que depende das particularidades históricas de cada país. No caso do Brasil, a questão social tem fortes marcas da história da desigualdade e da injustiça social brasileira, que se iniciou no surgimento desta e se intensifica nos dias atuais, como nos salienta Cavalli (2009).

Tanto no seu surgimento quanto no seu agravamento, a questão social é inegável, a relação do desenvolvimento da ordem capitalista com a contradição capital e trabalho por ela constituída, portanto, o fator principal encontra-se na exploração de uma classe sobre a outra, o dominante sobre o dominado.

Ao tratar sobre a questão social não se está debatendo apenas em suas determinações em econômicas, pois as mudanças na esfera da produção operam refrações nos mecanismos de reprodução social, âmbito privilegiado da intervenção do Serviço Social. Produção e reprodução constituem faces de um mesmo sistema produtivo, uma vez que todo modo de produção não pode prescindir da produção de meios de subsistência nem da reprodução de seres

humanos. Os processos de produção e reprodução imbricam-se mutuamente e são definidos com base no caráter contraditório das relações de gênero, de “raça” e entre as classes sociais.

Desta maneira, a presença da questão social revela o cenário estrutural de violência, desigualdade, e exploração em que encontra-se o mundo. Torna-se possível afirmar que a violência estrutural é a maior de todas as violências uma vez que precede e intensifica as demais manifestações de violência, sem desconsiderar fatores individuais, nas relações violentas, onde muitos indivíduos que cometem o ato de violência, possivelmente tenham sido vítimas da violência estrutural.

A violência estrutural está no centro da sociabilidade capitalista, mantendo relações necessárias e profundas com a questão social e suas refrações, sendo responsável pela sua presença. O aprofundamento da questão social e a intensificação da violência estrutural na atualidade são legitimados e por muitas vezes naturalizados na sociedade. O Estado possui um papel essencial no processo de legitimar a violência estrutural.

Ao nos remetermos a violência em seu sentido amplo, nos destinamos ao Estado sendo um dos papéis básicos, a criar respostas de oposição às situações de violência nas relações desenvolvidas pelos indivíduos, tendo em vista à melhoria da qualidade de vida da população. Para Marx, o Estado emerge das relações de produção e não da vontade humana ou do desenvolvimento geral de sua mente, portanto para Marx, é impossível separar a consciência humana que orienta como se darão as relações individuais, sendo ela produto das condições materiais. Em poucas palavras o homem se torna produto do que ele produz, distribui e consome.

No bojo dessa invisibilidade, há uma criminalização da pobreza onde aqueles que mais sofrem com a violência estrutural e as suas “ramificações” são criminalizados. Segundo Dornelles (2011) o Estado neoliberal necessita do processo de criminalização, para fortalecer a repressão e a contenção das populações periféricas das metrópoles cada vez mais marginalizadas. A indústria do medo reforça nessas metrópoles um processo de “coisificação”, um ato desumanizante do outro, a violência estrutural que não só se expressa de

formar econômica, mas também se apresenta de forma política em período de crise do capital.

Esta realidade imposta para a população, no neoliberalismo e o acirramento da luta de classe faz com que as refrações da questão social fiquem mais latentes, tendo um aumento expressivo do processo de “coisificação”, no qual o homem passa a ser mero objeto para o modo de produção, aliado com manifestações da violência urbana nas grandes cidades, produzindo e reproduzindo o medo social. Medo este que serve de instrumento de dominação e manipulação das pessoas, subjugando-as na sociedade capitalista, trata-se da exploração das pessoas e de coletivos se utilizando do medo como instrumento de submissão.

Em relação ao quarto eixo de análise – Você identifica alguma transversalidade das questões de gênero, raça/etnia e/ou classe na questão da violência - dentre os alunos que realizaram a disciplina de “Violência e Sociedade”, todos afirmaram que identificavam essa transversalidade. Ao compara-lo ao grupo de alunos que não cursaram a disciplina obtivemos o mesmo resultado. Compreende-se que os alunos entrevistados possuem uma maior percepção da relação da transversalidade das questões de gênero, raça/etnia e classe com a violência em sua forma estrutural com as expressões e particularidades da questão social no Brasil.

O enfrentamento da questão social em suas variadas formas de opressões, como as questões de classe, de gênero e de raça/etnia vai além da pobreza e desigualdade posta em nossa realidade. Essa realidade é expressa pelos entrevistados, que retratam sua vivência cotidiana, perpassada pela visão crítica e de totalidade aprendida no curso de serviço social.

[...] total eu acho que a violência, tipifica todos os tipos de opressão, e as pessoas que sofrem essas opressões exatamente essas questões que vem do patriarcado, do racismo e dessa questão de classe, eu acho que a maneira de dizer que essas minorias, são as que mais sofrem com qualquer e todo tipo de violência que são opressões. (Djamila Ribeiro)

[...] a gente estuda também sobre isso então a gente vê isso e vê também nas notícias da televisão de uma forma amenizada ou normalizada sabe, a gente tem consciência disso e todo mundo deveria ter que é óbvio e transparente e não fazem questão de mostrar que essa três questão estão transversalidade uma com a outra ou as três juntas. (Elza Soares)

[...] está tudo interligado e aí vai da percepção, os níveis de opressão cada vez mais que eles estão interligados os níveis de opressão vão crescendo. (Marielle Franco)

Sem dúvida principalmente na questão do Brasil, que ainda é mais profunda, então eu nos últimos dez anos, tenho “n” histórias. [...] Eu não posso mais andar de carro” eu tendo que informa isso é uma das inúmeras situações que já tive que enfrentar pelo simples fato de eu existir, então assim coisa do tipo eu e uma outra pessoa aqui do lado, e eu fui chamado atenção e a outra pessoa não foi, infelizmente são situações que você tem que aprender lidar. É uma coisa que eu costumo até brincar em casa, a taxa de mortalidade de homens negros é muito alta até os trinta e cinco anos de idade, então hoje eu tenho trinta e cinco anos de idade, então eu costumo dizer la em casa para alguns amigos mais próximos, agora é o que eu nasci para a sociedade burguesa, agora eu tenho um ano de idade, eu considero sobreviver todas as mazelas que o homem negro poderia sofrer. (Malcolm X)

Essa realidade no modo de produção capitalista exprime a banalização do humano. Como nos aponta Yamamoto:

resultante de indiferença frente à esfera das necessidades das grandes maiorias e dos direitos a elas atinentes. Indiferença ante os destinos de enormes contingentes de homens e mulheres trabalhadores submetidos a uma pobreza produzida historicamente (e, não, naturalmente produzida), universalmente subjugados, abandonados e desprezados, porquanto sobranes para as necessidades médias do capital. (Yamamoto, 2009, pag.21)

Esse caráter contraditório encontrado na realidade é identificado tanto na produção quanto na reprodução da vida social, de modo que as relações de gênero, de “raça” e de classe se atravessam, dando forma da divisão do trabalho, social, racial e sexualmente determinada, tanto no âmbito da produção quanto no da reprodução. A subordinação das mulheres aos homens é um dos elementos fundantes dessa divisão social e sexual do trabalho, já que elas, em sua grande maioria, têm sido preferencialmente designadas à esfera da reprodução, enquanto os homens, na maioria dos casos, à esfera da produção.

Sendo o trabalho o momento privilegiado da práxis por sintetizar as relações dos homens com a natureza e dos homens entre si, constitui a via por excelência através da qual se proceder ao desvendamento da verdadeira posição que as categorias históricas ocupam na totalidade dialética *sociedade capitalista* e das relações que elas mantêm entre si e com o todo social no qual inserem. Mesmo que, aparentemente, determinado contingente populacional seja marginalizado das relações de produção em virtude de sua raça ou de seu sexo, há que se buscar nas primeiras (relações de produção) a explicação da seleção de caracteres raciais e de sexo para operarem como marcas sociais que permitem hierarquizar, segundo uma escala de valores os membros de uma sociedade historicamente dada. (Saffioti *apud* Alves, 2018, pag. 23)

Nesse sentido, há uma tendência expressa pelo capital em destinar os homens no âmbito produtivo e as mulheres, no reprodutivo, operando-se, assim, uma “hierarquização” desses espaços. Sendo o fenômeno da reprodução, de modo geral, uma esfera socialmente designada à mulher — cabendo ao homem a esfera da produção —, pode-se constatar uma tendência a subordinar-se a reprodução à produção.

Para além da dominação pela questão de gênero, encontra-se a questão de raça/etnia no modo de produção capitalista, essa particularidade tão latente na formação sócio-histórica do Brasil, que possui como “marca civilizatória” a escravização de negros trazidos escravizados do continente africanos assim com a dominação dos nativos, que no início da invasão às terras que hoje são conhecidas como Brasil, estes nativos foram utilizados como a primeira mão de obra escravizada pelos colonizadores.

Percebe-se ao sistema classificatória presente de forma implícita na sociedade brasileira, que impõe a *marca inferiorizada* aos grupos que diferem do segmento hegemônico¹⁸, criando uma estratificação social, que possui um disfarce de *democracia racial*¹⁹, o qual ainda hoje encontra-se enraizado na sociedade.

As particularidades do racismo no Brasil nos exprimem não só os valores racistas, mas também os valores institucionais para tal prática. Segundo Moura:

Enquanto as classes dominantes, suas estruturas de poder e elite deliberantes aplicavam essa estratégia discriminatória, através de táticas funcionando em diversos níveis e graus da estrutura, elaboram, em contrapartida, como mecanismos de defesa ideologia a filosofia do *branqueamento* espontâneo via miscigenação e como complemento apresentavam-nos como laboratório piloto da confraternização racial, cujo exemplo deveria ser seguido pelos demais países poliétnicos. (Moura, 1994, pag. 158-159)

¹⁸ O segmento não hegemônico configura-se nas mulheres, na população indígena de forma geral, população parda (denominação usada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE) e a população preta, todos eles se encontram fora padrão hegemonicamente difundido burguesa. (Fonte anotações feitas com base em textos de Florestan Fernandes)

¹⁹ O mito da democracia racial, encontrado na obra de Gilberto Freyre, refere-se ao período da escravocrata brasileiro como harmonioso entre os três segmentos étnico – índio, branco e negro. Esse autor ignora completamente as revoltas contra a dominação e exploração dos negros e índios pelo o homem branco europeu, para além dessa suposta harmonização, este autor em sua principal obra “Casa Grande e Senzala” romantiza as violências sexuais cometidas pelos invasores no início da dominação do território. Fonte anotações feitas com base em textos de Florestan Fernandes)

Tais mecanismos criaram uma marginalização social dessa população, por mais que a coloquem em igualdade perante a lei, no cotidiano essa população encontra-se em desvantagens sociais, econômicas e étnicas para fins de proteção do *mito da democracia racial*. Na divisão socio-técnica do trabalho, os negros se encontram na camada mais oprimida, explorada e subalternizada, o sistema classificatório presente na sociedade brasileira, no qual interliga as questões de raça e classe no Brasil, impõem ao negro os interesses da classe dominante que é a marginalização e os baixos salários dos trabalhadores, em especial dessa população.

Em diferentes períodos da graduação do Serviço Social oferecida pela Unirio os alunos possuem contato com matérias que referenciam o principal aporte jurídico da nossa profissão: o código de ética profissional de 1993. Ele possui como décimo primeiro princípio “Exercício do Serviço Social sem ser discriminado nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física”.

Nesse sentido, se encontra a tentativa de dar respostas aos problemas sociais e assumindo a empreitada de promover um enfrentamento das expressões da Questão Social, os profissionais do Serviço Social, enquanto categoria, empreenderam massivo investimento na produção teórica e também na dimensão política da profissão.

Dessa forma os estudantes da graduação, tem uma aproximação da prática através das teorias e instrumentos da profissão no enfrentamento às variadas formas de dominação e exploração, como as de classe, gênero, geracionais, etnia, sexualidade, raça e outras. É preciso haver um compromisso político concreto, articulado entre Estado, sociedade civil, e, sobretudo, com ampla participação dos movimentos sociais.

Essa articulação de conteúdos teórico metodológicos e ético políticos não se encontra restrita somente às disciplinas obrigatórios da graduação, mas aparece nas matérias optativas como “*gênero, raça/etnia*”, “*direitos humanos*”, “*relações de gênero no Brasil*” e “*violência e sociedade*”, assim como nos projetos de extensão “*Cultura, mídia e direitos humanos*”, “*Luz, câmera, ação: A presença das relações de gênero e do racismo no cinema*” e “*Universidade e prisão: Um diálogo crítico e dialético*” e outros.

Para além desse existem também projetos de pesquisa desenvolvidos pelos professores “*A Memória Social e Prisão: reflexões sobre as políticas públicas no âmbito da execução penal*” e “*Relações patriarcais de gênero, racismo e Serviço Social*”, que amplia o contato dos alunos com a teoria exposta na sala com a prática da profissão.

5. Considerações Finais

Só então, ao deixar de ser violenta, a práxis social terá uma dimensão autenticamente humana

Adolfo Vasquez

O estudo da violência, em especial a violência estrutural no nosso cotidiano, se torna primordial para a compreensão dos determinantes social, econômicos, patriarcais e de raça/etnia nas relações sociais desenvolvidas. A monografia apresenta por meio da análise sobre a violência, a possibilidade de identificar as contradições do cotidiano e busca problematizar e contribuir com a interrupção dos meios de alienação. Ou seja, a violência (que causa medo e revolta) pode possuir um lado positivo, na ruptura do padrão posto pela hegemonia e contribuição para a produção crítica sobre o tema.

Torna-se inegável que a violência estrutural, não é algo natural em nossa sociedade, sendo parte essencial do modo de produção capitalista. Embora não seja a única forma de dominação, ela amplifica as demais formas e expressões. As particularidades da questão social no Brasil e o papel do Estado junto a classe dominante para a conquistar os seus interesses contribui para atos violentos circunstanciais, fenômenos como a violência doméstica ou sexual, miséria, desemprego entre outras. A violência se faz presente no cotidiano, principalmente no cenário urbano das grandes cidades brasileiras, onde a luta de classes está posta diariamente.

No atual cenário em que se encontra a sociedade brasileira, tendo em vista a aceleração dos processos de reestruturação produtiva e flexibilização do trabalho latentes, e com a retirada de direitos sociais no atual governo, há uma tendência ao aumento da violência cotidiana, em especial a violência estrutural, criando um ambiente gerador de medo e insegurança na população. Tal ambiente criado pela banalização e invisibilidade da violência aparenta superficialmente que a violência é gerada por ela própria como justificativa de um ato violento, gerando a produção e reprodução do medo social.

A compreensão e percepção da sociedade apresentada pelos entrevistados, somente foi possível através do envolvimento dos mesmo com a graduação em seus diversos espaços, com os projetos de pesquisa e os projetos

extensão universitária, que possibilitam a estes alunos uma ampliação dos seus conhecimentos. Nesse sentido, o envolvimento desses alunos com as matérias optativas ofertadas pelo curso como “violência e sociedade”, “gênero, raça e etnia” ou “relações de gênero no Brasil” aprofundamos saberes apreendidos nas demais matérias dadas no curso.

A partir do movimento de compreender a realidade e sair do âmbito da aparência, torna-se capaz revelar o potencial existente na violência e o seu caráter revolucionário para transformação da sociedade em seus diversos níveis. Em Marx, encontramos que violência possui o caráter revolucionário, seu surgimento possui uma necessidade histórica que com o tempo ela irá desaparecer e suas condições históricas que a produzem.

Enquanto a sociedade de fato não for livre do modo de produção capitalista e das formas de opressão inerentes a este modo, se torna importante lutar para um mundo, onde a liberdade seja de fato possível, onde não haja uma classe social sobrepondo a outra, e quando teremos de fato excluída a violência da sociedade.

Referências bibliográficas

- ALVES, Leonardo Viera. Relações patriarcal de gênero no Brasil. Dissertação de Mestrado. Disponível em < <http://www.unirio.br/unirio/cchs/ess/Members/vanessa.bezerra/relacoes-de-genero-no-brasil/Dissertacao%20Completa%20Normalizada%20-%20Leonardo%20Nogueira%20Alves%20-%202017.pdf/view>> Acessado em 01/07/2019 às 7:30
- ALVES, Ricardo Luiz. A concepção de Estado de Thomas Hobbes e de John Locke. Jus Navigandi, Teresina, a. 9, n. 558, 16 jan. 2005. Disponível em: <https://www.academia.edu/1151682/A_Concep%C3%A7%C3%A3o_de_Estado_de_Thomas_Hobbes_e_John_Locke> Acesso em 29 out. 2017, 21:54
- CAVALLI, Michelle. Violência estrutural: enfrentamentos para o Serviço Social. In: Etic - Encontro de Iniciação Científica. Vol. 5, Nº 5 (2009)
- CARNOY, Martin. Estado e teoria política. [tradução pela equipe de tradutores do Instituto de Letras da PUC – Campinas]. – 11ª ed. – Campinas, SP: Papyrus, 2005.
- CARNOY, Martin. Educação, Economia e Estado: base e superestrutura: relações e mediações. Vol. 13, Coleção Polemicas do nosso tempo. Ed. 4º. São Paulo. Cortez 1990
- DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza (organizadora). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 33º ed.- Petrópolis: Vozes, 2013
- DORNELLES, João Ricardo W. Globalização neoliberal, direitos humanos e a violência na realidade contemporânea. In: BRITES, Cristina Maria & FORTI, Valéria (org.). Direitos Humanos e Serviço Social: Polêmicas, Debates e Embates. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.
- GUERRA, Yolanda. A Racionalização do processo produtivo: inserção do assistente social na divisão social e técnica do trabalho. In: A Instrumentalidade do Serviço Social. 10º ed. São Paulo. Cortez, 2014
- IAMAMOTO, Marilda Villela. Renovação e conservadorismo no Serviço Social, ensaios críticos. 13º ed. São Paulo. Cortez, 2013.
- _____. Serviço Social na cena contemporânea. Disponível em <<http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/o-servico-social-na-cena-contemporanea-201608060403123057450.pdf>> Acessado em 30/06/2019 às 23:00
- JONES, Liz; SOMEKH, Bridget. Observação. In: DOMEKH & LEWIN. Teoria e Métodos de Pesquisa Social. Petrópolis: Vozes, 2015.
- LENINE, Vladimir Ilitch. O ESTADO E A REVOLUÇÃO.
- Disponível em < <https://pcb.org.br/portal/docs/oestadoearevolucao.pdf>>. Acessado em 09/03/2019
- MARTINELLI, Maria Lúcia. Pesquisa qualitativa: um instigante desafio. São Paulo. Veras editora. 1999.
- MIGUEL, Luis Felipe. Violência e Política. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 30 nº 88. junho/2015.
- MOURA, Clovis. As Particularidades do racismo brasileiro. In: Dialética Radical do Brasil Negro. 1º ed. São Paulo. Editora Anita, 1994
- NETTO, J.P. Cinco notas a propósito da “questão social”. In: Revista Temporalis nº 3. Rio de Janeiro: Grafiline; junho/2001 – ABEPSS.

ODALIA, Nilo. O que é violência. In Coleção primeiros passos nº 85. 4º ed. São Paulo. 1986

PEREIRA, Luana Fernandes; SANTOS, Marco Antonio da Silva. Trabalho Final da disciplina de Serviço Social I. Rio de Janeiro. 2016

RAMALHO Viviane, RESENDE Viviane de Melo. Análise de discurso crítica. In. Editora Contexto, 2006

RIBEIRO, Marcos Vinicius. O debate marxista sobre o papel da violência na história. In: XXIX Simpósio de História Nacional. Disponível em <
https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502664144_ARQUIVO_texto_completo.pdf > acessado em 25/06/2019 às 22:00

ROS, Ana Carolina Pontes. Produção e reprodução social da violência: rebatimentos da naturalização de processos violentos na sociedade capitalista. In: ANAIS da V Jornada Internacional de Políticas públicas (JOINP). Maranhão: Universidade Federal do Maranhão, 2011.

SCHMALLER, Valdilene Pereira Viana; SILVA, Mauricelia Cordeira da; VASCONCELOS, Kathleen Elane Leal. (Re)visitando Gramsci: considerações sobre o Estado e o poder. Vol. 16, nº 1. Florianópolis. Pág. 82-90 Acessado em 25/05/2019 às 13:00 <
<http://www.scielo.br/pdf/rk/v16n1/v16n1a09.pdf>>

SILVA, José Fernando Siqueira. O método em Marx e o Estudo da Violência Estrutural. UNESP de Franca, 2009.

SIQUEIRA, Luana. Pobreza e Serviço Social - Diferentes Concepções e Compromissos Políticos. In: Cortez Editora; São Paulo; 2013; págs 219 a 222

SOUSA, Charles Toniolo de; OLIVEIRA, Bruno José da Cruz. Criminalização dos pobres no contexto da crise do capital: reflexões sobre os rebatimentos no Serviço Social. In: BRITES, Cristina Maria & FORTI, Valéria (org.). Direitos Humanos e Serviço Social: Polêmicas, Debates e Embates. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

VÁSQUEZ, Adolfo Sánchez. Capítulo VI – Práxis e Violência. In: A filosofia da práxis. 2º Ed :Paz e Terra, Rio de Janeiro,1977; pags. 373-404.

VELHO, Gilberto. Violência, reciprocidade e desigualdade: uma perspectiva antropológica. In: ALVITO, Marcos; VELHO, Gilberto (org.). Cidadania e violência. Rio de Janeiro: Ed UFRJ e FGV, 1996.

Anexo I - Roteiro de Perguntas

1. O que é violência para você?
2. Quais os tipos de violência que você conhece?
3. Você sabe o que é a violência estrutural?
4. Você identifica uma transversalidade das questões de gênero, raça/etnia e classe na questão da violência?

Anexo II – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP - UNIRIO

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título: Concepções de Violência: um estudo sobre a percepção de violência dos alunos da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Objetivo do estudo: estudar a concepção dos alunos sobre a violência. Nesta pesquisa você participará de uma entrevista individual que será gravada no celular e posteriormente será transcrita e utilizada de forma aleatória no projeto de pesquisa.

Alternativa para participação no estudo: Você está sendo convidado para participar da pesquisa sobre a concepção de violência. Você foi selecionado *por estudar no curso de Serviço Social* e tem o direito de não participar desse estudo. Estamos coletando informações para a pesquisa **Concepções de Violência: um estudo sobre a percepção de violência dos alunos da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)**, independente de esta pesquisa ser autorizada pela Escola de Serviço Social da UNIRIO, se você não quiser participar do estudo, isto não irá interferir na sua vida dentro da universidade.

Esta pesquisa será realizada por Luana Fernandes Pereira estudante de serviço social da Unirio, cursando o decimo período (10º), com a supervisão e orientação da professora doutora Lobelia Faceira.

Procedimento do estudo: Nesta pesquisa você participará de uma entrevista individual que será gravada no celular e posteriormente será transcrita e utilizada de forma aleatória no projeto de pesquisa.

Os riscos: a pesquisa envolve sujeitos sociais e a descrição de suas opiniões e percepções, logo envolve riscos na comunicação e divulgação de informações. Logo, os pesquisadores se comprometem, no presente termo, a não utilizarem o nome ou dados de identificação do entrevistado. Se o entrevistado achar que determinadas perguntas incomodam, porque as informações que coletamos são sobre suas experiências pessoais, podem escolher não responder, ou seja, o entrevistado pode deixar de responder quaisquer perguntas que o façam sentir incomodado.

Os benefícios esta pesquisa **não** traz nenhum benefício imediato para você, mas, ao participar deste estudo, você contribui com nosso objetivo principal que é conhecer a percepção sobre a violência.

Os resultados desta pesquisa serão utilizados como parte do meu texto de conclusão de curso e terá o seu retorno no site da Escola de Serviço Social.

O Caráter confidencial dos registros define que as informações coletadas durante a entrevista poderão ser consultadas pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Unirio. Seu nome **não** será revelado, ainda que informações coletadas sejam utilizadas para propósitos educativos ou de publicação acadêmica, mas sem identificação de seu nome.

Os custos - Não haverá qualquer forma de pagamento por sua participação no estudo. Também **não** haverá custo financeiro para você participar.

Estimulamos que você faça perguntas a qualquer momento da entrevista, seja no momento da pesquisa ou em qualquer outro que sentir necessidade. Neste caso, por favor, ligue para a pesquisadora Luana Fernandes Pereira tel.: (21)98561-743199 e para orientadora Lobelia Faceira tel.: (21)99991-1807. Este termo está impresso em duas vias contendo o telefone da pesquisadora e da orientadora. Cada página das duas vias deverá ser assinada por você e pelo

Anexo III – Programa da Disciplina Violência e Sociedade



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

Disciplina: Violência e Sociedade

Professora: Lobelia da Silva Faceira

Carga horária da disciplina: 60 horas

Ementa: Abordagens sociológicas sobre a violência. Crime. Violência na sociedade contemporânea. Aspectos gerais sobre a violência no Brasil. Violência urbana. Violência e saúde. Violência Intrafamiliar. Violência e direitos humanos.

Objetivo:

- Propiciar o debate e análise crítica sobre os processos de produção e reprodução da violência na sociedade capitalista, destacando as especificidades do cenário brasileiro e do contexto contemporâneo.
- Estudar as diferentes expressões da violência e, especificamente, o crime e a prisão.
- Desenvolver uma reflexão crítica sobre a naturalização da violência e do quanto reproduzimos aspectos de violência no âmbito das relações sociais “online” e “offline”

Unidade I – Produção e reprodução social da violência na sociedade capitalista.

- 1.1 – Os processos de produção e reprodução social da violência.
- 1.2 - A naturalização da violência na sociedade capitalista: a produção do medo social.
- 1.3 - A naturalização da violência na sociedade capitalista: a produção e anulação dos “estranhos”.

Unidade II - As expressões da violência no cenário contemporâneo.

- 2.1 – Violência Urbana.
- 2.2 - Violência e Saúde.
- 2.3 - Violência Intrafamiliar.
- 2.4 - Violência e Direitos Humanos.
- 2.5 – Violência e Educação.
- 2.6 – Violência e Trabalho.
- 2.7 – Violência e Política.

Unidade III - As expressões da violência no cenário contemporâneo: a produção do crime e a institucionalização da prisão.

Bibliografia básica

BAIERL, Luzia Fátima. Medo social: da violência visível ao invisível da violência. São Paulo: Cortez, 2004.

BATISTA, Vera Malaguti & ABRAMOVAY, Pedro Vieira. Depois do grande encarceramento. Rio de Janeiro: Revan, 2010

BAUMAN, Zygmunt. O mal estar da pós modernidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

CAVALLI, Michelle. Violência estrutural: enfrentamentos para o Serviço Social. In: Etic - Encontro de Iniciação Científica. Vol. 5, No 5 (2009)

DORNELLES, João Ricardo W. Globalização neoliberal, direitos humanos e a violência na realidade contemporânea. In: BRITES, Cristina Maria & FORTI, Valéria (org.). Direitos Humanos e Serviço Social: Polêmicas, Debates e Embates. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

MIGUEL, Luis Felipe. Violência e Política. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 30 n° 88. junho/2015.

RECUERO, Raquel & SOARES, Priscila. Violência simbólica e redes sociais no facebook: o caso da *fanpage* "Diva Depressão". In: Galaxia. São Paulo, Online: dez. 2013. N. 26, p. 239-254.

ROS, Ana Carolina Pontes. Produção e reprodução social da violência: rebatimentos da naturalização de processos violentos na sociedade capitalista.

In: ANAIS da V Jornada Internacional de Políticas públicas (JOINP). Maranhão: Universidade Federal do Maranhão, 2011.

Bibliografia complementar

BRITO, Gisele. Medo, mercado e política. In: Revista Caros Amigos Especial: VIOLÊNCIA. São Paulo: Caros Amigos ed. Ano XIX, N. 84, dezembro, 2016.

CARVALHO, Igor. Fardas cinzas, corpos negros. In: Revista Caros Amigos Especial: VIOLÊNCIA. São Paulo: Caros Amigos ed. Ano XIX, N. 84, dezembro, 2016.

DIAS, Camila Nunes Dias. Sistema produtor e reprodutor de violência social. In: Revista Caros Amigos Especial: VIOLÊNCIA. São Paulo: Caros Amigos ed. Ano XIX, N. 84, dezembro, 2016.

SOARES, Luiz Eduardo. Refundar as policias. In: Revista Caros Amigos Especial: VIOLÊNCIA. São Paulo: Caros Amigos ed. Ano XIX, N. 84, dezembro, 2016.

STRAUBE, Ana Maria. Prender para lucrar. In: Revista Caros Amigos Especial: VIOLÊNCIA. São Paulo: Caros Amigos ed. Ano XIX, N. 84, dezembro, 2016.

Processo pedagógico:

Aulas expositivas

Dinâmicas de grupos

Debates sobre filmes, charges, músicas e reportagens

Avaliação da disciplina:

Seminários

Artigo científico